



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1287/06	DATA: 5/12/2006
INÍCIO: 14h58min	TÉRMINO: 17h42min	DURAÇÃO: 02h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h44min	PÁGINAS: 54	QUARTOS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

EDIR OLIVEIRA – Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há falha na gravação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, declaro aberta a 40ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 39ª reunião.

Indago aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Peço a dispensa, Sr. Presidente, na medida em que já foi distribuída para todos os membros do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os que forem favoráveis à dispensa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Os que forem favoráveis à ata permaneçam como encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Expediente.

Recebemos petição dos advogados do Deputado Lino Rossi comunicando que, por razões de ordem médica da esposa e filha, o representado não poderá comparecer à reunião marcada para o dia de hoje, para prestar os seus esclarecimentos aos membros deste Conselho.

O Deputado Lino Rossi não deverá comparecer hoje.

Também justificaram ausência as testemunhas de defesa do Deputado Lino Rossi: o Senador Magno Malta, em razão de compromissos assumidos anteriormente em São Paulo; os Srs. Alcenor Alves de Souza e Romualdo Júnior, também em razão de compromissos assumidos anteriormente.

Quero lembrar ao Relator deste processo que deverá terminar o seu relatório o mais depressa possível, porque é a segunda vez que o Deputado Lino Rossi não atende a uma chamada deste Conselho.

O advogado do Deputado Érico Ribeiro, Representado no Processo nº 43, de 2006, protocolou, na tarde de ontem, requerimento de dispensa da oitiva das testemunhas arroladas em sua defesa.

Requerimentos do Sr. José Eduardo Cardozo.

Requerimento nº 295, de 2006 (Processo nº 81, de 2006. Representado: Deputado Ricarte de Freitas):



“Requer convocação de testemunhas arroladas pela defesa: Sr. José Serra; Sr. Barjas Negri; Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin; Sr. Nilson Aparecido Leitão e Sr. Manuel Messias Salles.”

Requerimento nº 296, de 2006 (Processo nº 51, de 2006. Representado: Deputado João Caldas):

“Requer convocação de testemunhas arroladas pela defesa: Sr. Evandro José Schappo; Sr. Flávio Flaubert Pimentel Torres; Sra. Eudócia Maria Holanda de Araújo Caldas; e Sr. Manuelito Pereira Magalhães Júnior.”

Requerimento nº 297, de 2006 (Processo nº 51, de 2006. Representado: Deputado João Caldas):

“Requer diligência junto ao Departamento Pessoal solicitando histórico completo do Assessor Parlamentar Marcos Antônio Lopez, possível envolvido nos fatos narrados na Representação nº 94.”

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Requerimento nº 298, de 2006 (Processo nº 48, de 2006. Representado: Deputado Iris Simões):

“Requer convocação de testemunhas arroladas pela defesa: Sr. Luis Antônio Fleury; Sr. Antônio César Manfron de Barros; Sr. José Cleomar Machiavelli; Sr. Albonor José Ferreira Gomes; Sr. Antônio Wandscheer; e Sr. Ivani Francisco Ogliari.”

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 299, de 2006 (Representado: Deputado Ricarte de Freitas):

“Requer à Justiça Federal da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso o envio de diálogos de índice realizados entre as datas de 03/07/06 a



11/07/06, referidos no depoimento do Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin.”

Requerimento nº 300, de 2006, do Sr. Edinho Bez (Processo nº 28, de 2006. Representado: Deputado Dr. Benedito Dias):

“Requer o depoimento do Senhor Deputado Dr. Benedito Dias, Representado.”

Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Chegaram mais 2 requerimentos do Deputado Marcelo Ortiz: *“Requer diligência em relação ao Processo nº 44/06 (Rep. 97/06)”*. No outro: *“Requer que seja convidado a prestar esclarecimentos, Dr. Tardelli Cerqueira Boaventura, Delegado de Polícia Federal que investigou a operação denominada ‘sanguessuga’.*

Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Requerimento nº 301, de 2006 (Representado: Deputado Amauri Gasques): *“Requer o depoimento do Sr. Deputado Amauri Gasques, Representado.”*

Requerimentos do Sr. Raul Jungmann.

Requerimento nº 302, de 2006 (Representado: Deputado Jorge Pinheiro): *“Requer o depoimento do Sr. Deputado Jorge Pinheiro, Representado.”*

Requerimento nº 303, de 2006 (Representado: Deputado Reginaldo Germano): *“Requer o depoimento do Sr. Deputado Reginaldo Germano, Representado.”*

Em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados. *(Pausa.)*

Srs. Deputados, Ordem do Dia:

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Deputado Edir Oliveira, Representado no Processo nº 38, de 2006.

Para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: inicialmente o Deputado Edir Oliveira usará a palavra para suas considerações pelo tempo que for preciso. Em seguida será dada



a palavra ao Relator, Deputado Fernando Coruja, para que faça suas indagações. E, por fim, farei a chamada dos Parlamentares inscritos.

Com a palavra o Deputado Edir Oliveira.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; prezado Relator, Deputado Fernando Coruja; Srs. Deputados; caro advogado Dr. Laerte Oliveira, estamos vivendo, eu diria, um momento de chegarmos finalmente à etapa de se concluir toda essa novela, toda essa história que a mim pessoalmente e à minha família muito abalou nesses últimos meses. Quando estourado o sistema “PLANAM/Vedoin”, no primeiro semestre deste ano, não constava eu dentre os investigados nem constava qualquer outra possibilidade de envolvimento. Mas fazendo a verificação lá na sede da PLANAM, a Polícia Federal, ao abrir todas as documentações e registros da PLANAM, identificou lá o meu nome, através de um recibo de um depósito de 15 mil reais em nome de Rafael Zancanaro de Oliveira, do Rio Grande do Sul, e ao lado do nome desse rapaz lá estava figurando Deputado Edir Oliveira. Relacionados os documentos, havia uma anotação manual sem nenhum documento, apenas uma observação, emenda de Barra do Quaraí. Feita esta verificação, a Polícia Federal imediatamente me arrolou no inquérito a ser instaurado. E fui assim convocado pela Polícia Federal a depor. E lá compareci e depus. E perguntado sobre a existência daquele recibo e sobre o conhecimento daquele recibo, eu afirmei taxativamente que não o conhecia, não sabia do que se tratava aquele recurso. E com relação à emenda de Barra do Quaraí, eu não havia feito emendas a Barra do Quaraí. Mas o Deputado anterior a mim, que era o titular — eu havia assumido em 2000, como primeiro suplente —, havia vencido a eleição em Uruguaiana. Então, a partir de janeiro de 2001, eu assumi a Câmara dos Deputados. E o Deputado anterior, sendo da região da fronteira, apresentou emendas para Barra do Quaraí. E eu fui verificar com o ex-Prefeito e com o atual Prefeito de Barra do Quaraí e constatei que realmente ele comprou uma ambulância simples de remoção, mas que comprou através de um sistema de licitação em que o vencedor foi a Ritmo Veículos, uma empresa concessionária Fiat no Rio Grande do Sul. Bom, obtive cópia de toda essa documentação e a entreguei na Polícia Federal, para complementar a minha declaração, meu depoimento. E restava a figura do depósito dos 15 mil. Chamado o rapaz que recebeu o recurso para depor, ele fez o



seu depoimento e, nas suas alegações, ele realmente confirmou que recebeu não apenas aqueles 15 como, mais tarde, mais outros 15, totalizando 30 mil reais de um ajuste particular, pessoal, dele com os Vedoin, na condição que era de dirigente da Juventude Nacional e Estadual do PTB. Juntei a estas... E assumiu como responsabilidade dele, que não havia nenhum envolvimento de minha parte nesse assunto. Depondo no Ministério Público Federal, o Sr. Luiz Antônio Trevisan Vedoin traz uma história — que eu considero uma história padrão que eles criaram para cada Parlamentar — que todos os acordos sempre foram de 10% em troca de emendas. Quer dizer, não teve nenhum Parlamentar que exigiu mais ou que aceitou menos. E afirma ele que me conheceu em 2001 através do Deputado Iris Simões e que fez um acordo comigo, em que ele me daria 10% de comissão sobre uma emenda que eu fizesse. E eu concordei em fazer uma emenda genérica de 400 mil reais para beneficiar a sua empresa, e que desses 400 mil reais eu indiquei os Municípios de Guaíba, Taquara e Nova Esperança do Sul. E que ele, então, com isso, tinha selado um acordo comigo. Ora, eu quero, como elemento de reafirmação, embora já conste na defesa, passar às mãos do nosso Relator a relação das emendas que fiz em 2001, onde não consta nenhuma emenda de 400 mil reais nem mesmo uma emenda genérica. Todas as emendas que fiz em 2001, para 2002, foram emendas nominativas aos municípios, especificando a finalidade. Fiz para Cidreira, Capão da Canoa, Charqueadas, Guaíba, Monte Negro, Santo Antônio da Patrulha, Taquara, Taquari, Nova Prata, Rolante, Xangri-Lá e Maratá. E, depois, fiz mais 3 emendas ainda para Gravataí, minha cidade, e 1 emenda para a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, a CNEC, porque eu sou Presidente do Conselho Estadual no Rio Grande do Sul. Bem, feitas essas emendas, como poderia eu negociar com os Vedoin a sua participação? Nova Esperança do Sul, que ele afirma que eu o beneficiei com esta emenda, não consta nas minhas emendas. Fui pesquisar nos registros, através do SIAFI, e aqui está. Eu quero passar às mãos do Relator a relação de todos os recursos repassados pelo Ministério da Saúde, nos anos de 2003 e 2004, ao Município de Nova Esperança do Sul, que fica no Rio Grande do Sul, que eu nunca tive oportunidade de conhecer, e que não consta nenhuma hipótese de algum recurso de alguma emenda passada através de uma alguma ação parlamentar minha. Há uma única referência de uma emenda



parlamentar de 63 mil reais, em 2004, ao Município de Nova Esperança do Sul, mas cuja autoria da emenda não é minha, nem de Deputado do meu partido. Então, no meu entendimento, já bastaria isso para desqualificar o seu depoimento e a sua acusação. Porque ele diz que o ponto básico em que me enquadra é o fato de que eu teria feito um acordo com ele, onde eu colocaria e coloquei — na afirmação dele — uma emenda de 400 mil reais genérica para beneficiar Guaíba, Taquara e Nova Esperança do Sul, e, em troca desses 400 mil, ele me daria 10%. Não acontecendo a tal de emenda, automaticamente, não aconteceu o acordo. E não acontecendo o acordo, eu estaria fora. Assim eu esperava até lá na CPMI que, lamentavelmente, não me ouviu, nem leu minha defesa — como não fez de nenhum Deputado. Mas, então, tirado fora Nova Esperança do Sul... Ah, sim, e que o meu... E afirma o Sr. Luiz Antônio Vedoin que aquele recurso depositado em nome de Rafael Zancanaro de Oliveira, então, era a comissão e que eu e o rapaz — que na afirmação dele seria meu sobrinho e meu assessor Parlamentar — nós 2 teríamos ido aos Prefeitos, pessoalmente, acertar os detalhes das licitações. Ora, eu tenho aqui, na minha defesa — por isso apenas vou referir —, eu tenho aqui uma certidão da própria Câmara dos Deputados, ou melhor, uma declaração da Câmara dos Deputados: *“Declaro, para os devidos fins, a pedido do Sr. Deputado Edir Oliveira, que não consta em nossos registros que Rafael Zancanaro de Oliveira haja exercido qualquer cargo efetivo ou comissionado, nos quadros funcionais desta Casa do Congresso Nacional.”* Ou seja, em momento algum, Rafael Zancanaro de Oliveira nunca foi meu assessor, nunca trabalhou na Câmara dos Deputados, nem em qualquer função do Congresso Nacional. Ele era assessor da bancada da Assembléia Legislativa no Rio Grande do Sul e exercia sua atividade partidária. Declarou na Polícia Federal que recebeu o recurso para suas finalidades políticas. Era um rapaz que tinha as suas pretensões; ele tinha sido candidato a Vereador na sua cidade; ele tinha sido Presidente Estadual da Juventude; ele era Vice-Presidente Nacional da Juventude. Estavam formando candidaturas para o ano de 2002, e ele buscava o sonho de ser candidato a Deputado Federal, como ocorreu com o Presidente da Juventude, que, realmente, efetivou a sua candidatura a Deputado Estadual e concorreu a Deputado Estadual. Só que ele, para Federal, desistiu. Achou que era passo demais e acabou não concorrendo. Também juntei, na minha



defesa, a comprovação de que eu tenho um Rafael sobrinho. Para montar a minha vinculação com o Rafael, seguramente, foram fazer alguma investigação, porque descobriram que eu tenho, realmente, um sobrinho chamado Rafael, e quem sabe até achavam que era o mesmo. Só que o meu sobrinho — e eu junto aqui certidão de nascimento, junto aqui cópias de identidade, dando as paternidades —, o meu sobrinho chama-se Rafael Machado de Oliveira, não é Rafael Zancanaro de Oliveira. Nunca trabalhou também comigo e é funcionário concursado do Banco do Brasil, ingressado em concurso público em 28 de fevereiro de 2000 e que possui uma única conta bancária, que é a sua conta funcional, porque os funcionários do Banco do Brasil possuem uma conta diferente de nós, correntistas, e não é a mesma conta do depósito do outro. Quer dizer, então, comprovado que não é meu assessor, comprovado que não é meu sobrinho, comprovado que eu não... declarado por ele próprio que o recurso foi obtido por ele e para ele, constatado que não houve nenhuma emenda genérica de 400 mil, constatado pelo meu sigilo bancário e da minha mulher que não houve nenhuma migração — e aqui está... nos autos aqui estão os extratos bancários, tanto meu quanto da minha esposa —, então, do que sou acusado ainda? Mas perdura a venda que a PLANAM fez para os Municípios de Guaíba e Taquara. Bem, de 11 emendas individuais que fiz, e das quais 5 ou 6, se bem me recordo, eram Prefeitos do meu partido, o PTB, nenhum deles comprou da PLANAM. Nenhum Prefeito do PTB comprou da PLANAM. Eu não tinha prestígio com os meus Prefeitos. Eu só consegui induzir a comprar da PLANAM um Prefeito do PMDB e um Prefeito do PDT, 2 Prefeitos que, na eleição anterior, concorremos contra; eram adversários políticos. Aí eu fui lá na Prefeitura visitar meu adversário político para convencê-lo a me dar uma mão, me dar uma comissão. Mas não fui falar com os meus Prefeitos do PTB. Absurdo. Mas o Prefeito de Guaíba, que foi reeleito, que é um grande Prefeito, ele me deu uma declaração, e aqui está também, nos autos, dizendo que: “Nunca recebi nenhum tipo de pedido de qualquer natureza de parte do Deputado Edir Oliveira, do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB”; que não conhece Rafael Zancanaro de Oliveira e que nunca recebeu essa pessoa para tratar também de qualquer assunto. E, “com relação ao aproveitamento da emenda do Orçamento da União para aplicação na saúde, feita pelo Deputado Edir Oliveira, declaro que a Prefeitura Municipal de Guaíba, por seu setor competente, promoveu



com regularidade o devido processo licitatório e que, por isso, não houve qualquer tipo de interferência externa de quem quer que seja”. A licitação obedeceu aos trâmites e tal, os bens foram entregues, tal, tal e tal. Quer dizer, o Prefeito de Guaíba assina me isentando de qualquer interferência, sugestão, visita e indicação. Como o Prefeito... E aqui junto ainda até o resultado da eleição, do pleito de 2000, quando nós disputamos contra o Prefeito de Guaíba. Junto aqui também uma entrevista do ex-Prefeito de Taquara, que eu não conhecia e não conheço pessoalmente, que era nosso adversário ferrenho do PTB em Taquara, Sr. Délcio. Ele dá uma entrevista na *Rádio Gaúcha*, no Rio Grande do Sul, ao jornalista Lazier Martins, e aqui diz que recebeu 3 emendas parlamentares de 3 Deputados. Não vou citar os outros 2, e que uma é do Deputado Edir Oliveira. E que eu nem era do partido dele. Isso ele dizendo na entrevista. E, então, eu posso dizer aqui que os 3 não têm nada a ver, eu acredito na isenção deles. Isso o Prefeito dizendo publicamente na entrevista. Eu não acredito que tenha havido nenhum erro. E aí vem para cá, vem para lá, vem para lá, vem para cá, ele diz, finalmente, que ele me procurou, ele entregou o pedido, mas eu fiz a emenda para Taquara a pedido do meu partido, porque lá no Rio Grande do Sul — não sei se nos Estados de V.Exas. tem —, também há com os nossos Vereadores aquelas disputas locais. Aí o meu pessoal vinha me reclamar, porque Taquara faz divisa com Gravataí. O pessoal vinha me reclamar: Pô, o Deputado Fulano, do partido tal, está dando emenda para a cidade, e aí eles vão lá para a tribuna da Câmara agradecer ao Deputado, elogiar e botar no jornal e nosso Deputado não manda nada para Taquara. Então, lá foi uma emenda para Taquara, assim como Guaíba, onde obtive 4 mil e 500 votos. Mas o Prefeito, então, para encerrar a entrevista, disse querer ressaltar mais uma vez que os Deputados são homens públicos, trabalhadores, ajudaram muito este Estado, ajudam; que são os Deputados que enviaram essas emendas, e que acredita na isenção deles, no trabalho deles, sério, e sempre encaminhou esses pedidos de emendas. O único contato que tivemos com eles foi na entrega, no gabinete, na época apropriada, de um ofício que ele encaminhou a cada um dos Deputados gaúchos. E todo mundo está acostumado a saber que, nessa época, os Prefeitos fazem romaria nos gabinetes, buscando pedidos de emendas. Mas, ainda com relação a Taquara, quero fazer juntar, então, aqui aos autos, esta cópia que eu não tinha posse dela e



só a consegui há pouco tempo, a cópia do processo licitatório, do contrato, enfim, da compra da unidade móvel, apenas para juntar aos demais. E um detalhe muito interessante que eu quero ressaltar: Taquara adquiriu uma unidade móvel, aqueles ônibus de gabinete médico-odontológico com a minha emenda, em uma licitação de março de 2004, homologada em abril de 2004. Como ele ficou conhecendo a PLANAM para solicitar a ela, não sei. Só sei uma coisa: que não foi em função da minha emenda. Já eu tenho aqui também cópia, em setembro de 2002, do Prefeito de Taquara, que já havia adquirido uma ambulância UTI, emenda de um outro Parlamentar, das empresas do Vedoin. Quer dizer, já era freguês dos Vedoin, já tinha feito aquisições anteriores. E se procurou novamente os Vedoin é porque os tinha certamente no seu cadastro de fornecedores e não porque eu tenha interferido. Eu quero fazer chegar isso aos autos, como também aqui cópia das passagens aéreas e dos ofícios trocados entre o Prefeito de Taquara e o Sr. Darci Vedoin, das suas visitas que fez a Mato Grosso, a Cuiabá, em abril de 2004 e em setembro de 2004 — o Prefeito, então, de Taquara —, para tratar de assuntos referentes à instalação de uma filial da PLANAM no Município de Taquara. Uma outra questão... Então, veja, se eu fiz contato com os Prefeitos, volto a insistir, e se eu consegui convencer os Prefeitos... Vejam bem, Município de Cidreira... Por que eles não participaram só dessas aí? Eles participaram... tentaram participar de outras licitações no Rio Grande do Sul, como de vários Deputados em todo o Brasil. Município de Cidreira, Prefeita do PTB, fez uma licitação pública. Firma vencedora: Klass Comércio e Representações, dos Vedoin. E ele não declara que vendeu para Cidreira nem nada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Mas ele não vendeu para Cidreiras. Ele chegou a assinar o contrato com Cidreira. E tinha prazo de entrega desse veículo no dia 13 de abril de 2004. No dia 14 de abril de 2004, a Prefeita rescindiu unilateralmente o contrato e chamou a segunda concorrente, e contratou a segunda e adquiriu o veículo da segunda, por falta de cumprimento do contrato, por um dia. Ora, a Prefeita de Cidreira, mãe de uma assessora minha, que ocupava um cargo aqui, na Liderança do PTB, por indicação minha, não poderia, eu sendo amigo da Prefeita que me fez o Deputado mais votado da história de Cidreiras, não seria eu



amigo da Prefeita com condições de chegar para ela e dizer: minha amiga, por um dia tu vai queimar os meus amigos Vedoin? Não seria o caso de eu conseguir, até por intermédio da filha dela, que convencesse minha assessora, que convencesse a mãe a dar uma tolerância de mais alguns dias? Então, que negócios eu tinha com os Vedoin? Tenho mais outro exemplo: Charqueadas, onde eles compareceram a uma concorrência pública, e olha só, concorrência publicada inclusive no *Diário Oficial* da União. Olha quantas empresas compareceram, buscando o edital: 18 empresas. E eles compareceram lá com a Klass Comércio e Representações. Depois de feito todo o processo de recebimento de propostas e tal, enfim, a Klass seria a vencedora por menor preço. Mas, o Prefeito de Charqueadas, do meu partido, meu amigo, que tinha feito dobradinha comigo na eleição anterior para Deputado Estadual e eu Federal, meu amigo de mais de 30 anos, pois o meu Prefeito de Charqueadas anulou a tomada de preço. E não deu para trás. Motivo? Preço excessivo. Ora, o Prefeito de Charqueadas, além de meu amigo, sua filha era minha chefe de gabinete na Secretaria e, depois, já nessa época, minha diretora administrativa. Se eu tivesse assim tanta amizade com os Vedoin e tanto interesse de ajudar os Vedoin, ou ganhar a minha comissão, eu teria certamente conseguido que meu amigo Anápio homologasse. Porque, vejam, uma tomada de preços, publicada no *Diário Oficial* do Estado, publicada no jornal de circulação no Estado, publicada no *Diário Oficial* da União, que comparece 18 empresas para concorrer, e eles ganham, quem cogitaria se o preço era alto ou não? Então, se houvesse interesse em beneficiar os Vedoin, certamente eles teriam ligado pra mim e dito: “Ô, Deputado, interfere lá com o Prefeito de Charqueadas, porque ele quer anular ou anulou a licitação”. Eu tenho certeza de que se eu tivesse interferido, o Prefeito de Charqueadas, quem sabe, pudesse me ouvir, ou não, não sei. O que importa é que eu poderia ter feito isso e não fiz. Mas vejam bem: eu consegui convencer um Deputado, um Prefeito do PMDB e um Prefeito do PDT a fazê-lo. E o Prefeito de Charqueadas abriu uma nova tomada de preços. Desta vez, quem participou foram outras empresas. Ganhou uma empresa do Rio Grande do Sul. E a Klass nem a PLANAM não participaram. A única coisa que fez a PLANAM foi encaminhar um ofício ao Prefeito solicitando cópia da proposta da empresa Unisaúde Veículos Especiais Ltda., referente à Licitação na Modalidade de Tomada de Preços 009104, atenciosamente tal e tal. E o Prefeito,



remetendo para a empresa PLANAM a cópia da proposta vencedora para que se eles quisessem tomar alguma providência de impugnar ou não... e que não fizeram nada porque a proposta certamente estava perfeita. Então, não houve, até agora, pode-se constatar, nenhuma comprovação e nenhuma materialização de qualquer participação que eu pudesse ter. Diz ele que em 2003, 2004, 2005 e 2006 eu não apresentei emendas e por isso ele não fez mais negócio comigo, porque eu assumi o cargo de Secretário no Estado do Rio Grande do Sul; e que o depósito transferido ao Rafael Zancanaro foi pagamento da Comissão, e que a conta foi repassada por mim, pessoalmente; que eu disse para ele o número da conta para passar. Como? Por telefone? É fácil, é só verificar os sigilos telefônicos e ver se alguma vez na vida eu liguei pra algum dos Vedoin ou se eles ligaram pra mim. Certamente, não aconteceu por telefone, porque foi quebrado o sigilo telefônico deles e lá não consta nenhuma ligação de minha parte, nem da parte deles pra mim. Bom, pessoalmente? Ele foi lá, então poderia ter levado o dinheiro pra mim, ou então eu poderia ter pego o dinheiro, se era pessoalmente. Se eu fui a Mato Grosso pra dizer pra ele, lá em Mato Grosso: “Olha, está aqui o número da conta”, então eu iria lá buscar o dinheiro. Não iria dar uma conta! Vou dar uma conta?! Bem, o Darci Vedoin, depois, diz que também me conheceu. Os 2 me conheceram em 2001 e não sabem através de quem. E também diz que fez o acordo de 10% de comissão para os recursos da área da saúde. Não diz aí quanto. Pra todo recurso? Se é pra todo recurso, como eu botei 1 milhão e 50 mil, eu teria que ganhar 105 mil e não os 30 mil. Aliás, também tem uma questão: se, na verdade, eu (*falha na gravação*) então, se eu, na verdade, cobrei 10% de comissão, eles teriam que ter-me dado 40 e não 30. Mas como, das vendas efetuadas por eles aqui — eles confirmam que venderam apenas 2, e as 2 custaram 200 mil reais —, então, certamente, eles deveriam estar reclamando que eu devolvesse 10 mil para eles, porque, na verdade, eles faturaram só 200 mil das minhas emendas, e me tinham antecipado 30 mil de comissão, não é? Quer dizer, então, tudo... coisas totalmente infundadas, surrealistas. E que, diz o Darci Vedoin, eu apresentei emendas para alguns municípios, e não sabe quais — isso está lá na Polícia Federal —; e que umas 2 ou 3 foram executadas por eles, mas também não sabia quais; que eu falei com esse Prefeito para direcionar. Aliás, isso ele diz de todos, que todo Deputado falou com esse Prefeito. Então, esta é a situação a que



nós chegamos hoje. Eu fico muito feliz e agradeço a oportunidade de dar este depoimento aqui, porque eu estava sujeito a ser eterna e permanentemente condenado num fato incrível, de nunca ter tido a oportunidade de dizer uma única palavra nesta Casa em minha defesa, porque a CPMI não nos ouviu, a CPMI não ouviu os Parlamentares, a CPMI não ouviu minha testemunha nem este rapaz aqui para confirmar se recebeu o dinheiro ou não para mim. A CPMI não leu minha defesa, a CPMI coloca no seu relatório apenas a transcrição do depoimento do pai e do filho. Só. E aqui está a verdade condenatória, a palavra desses 2 corruptos e corruptores, a palavra desses 2 empresários totalmente desqualificados tem valido como verdade. Só a palavra, sem nenhuma comprovação material. Apenas a palavra. Eles são a verdade. É incrível. E a CPMI nos condenou em primeira instância, às vésperas da eleição, sem nos ouvir e sem ler a nossa defesa. E manda aqui ainda numa grade, a CPMI, isso porque eu tinha comprovado aqui que Rafael Zancanaro nem era meu assessor nem era meu parente. Pois manda a CPMI aqui indicativo de recebimento do recurso pelo meu sobrinho e assessor parlamentar. Quer dizer, a CPMI apenas sistematizou e reproduziu as acusações, não se deu ao trabalho de ler que esse rapaz não era meu sobrinho nem era meu assessor. Então, eu agradeço mais uma vez esta oportunidade de vir aqui e poder esclarecer, de ser ouvido, pelo menos, de ser realmente julgado, de ter os meus documentos examinados por alguém que possa lê-los, que possa questionar, que possa me perguntar: Mas, Edir, isso aqui é assim? E eu poder explicar. É... trinta e... Fui eleito Vereador, a primeira vez, em 1972. Então, são 34 anos de vida pública. Eu fui Secretário de Estado de 3 Governadores, fui Prefeito da minha cidade, Secretário Municipal durante... de 3 Prefeitos, consecutivamente, 3 Prefeitos. No tempo do PMDB, nós reelegíamos sucessivamente os Prefeitos, e eu permaneci Secretário Municipal dos 3 Prefeitos, sucessivamente. Fui Secretário, ainda no PMDB. E veja que eu era ordenador de despesas da Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, ordenando milhões de reais, milhões de reais. Depois fui Prefeito da cidade de Gravataí, ordenando milhões de reais, não tantos, mas um pouquinho, porque Gravataí era o sétimo município em arrecadação do Estado. Hoje Gravataí é o terceiro em arrecadação, graças à GM, que tive o prazer de levá-la para a minha cidade quando Prefeito. Secretário da Região Metropolitana do Governador Britto



também — antes eu tinha sido do Governador Simon —... do Governador Britto, convidado, eu já era do PTB, e o PTB não fazia parte do Governo, e eu estava concluindo minha gestão na Prefeitura de Gravataí, ele me chamou um dia e disse: *“Edir, quando terminar tua administração lá, eu quero que tu tires férias em janeiro e, em fevereiro, tu irás trabalhar aqui comigo. Se tu vens pelo PTB ou se tu vens avulso isso é uma questão que nós vamos discutir e vamos conversar depois”*. E eu disse pra ele: *“Não, eu só posso ser Secretário se eu for pelo PTB”*. Aí ele foi trabalhar para o PTB, e o PTB então acabou aceitando entrar para o Governo e oficializou minha indicação. Depois, virei suplente de Deputado Federal e assumi 2 anos depois. Fui reeleito, o mais votado do meu partido, e, a partir daí, eu fui convidado pelo Governador Rigotto para ser Secretário, também na mesma condição. Nós não tínhamos apoiado o Rigotto. Nós tínhamos apoiado o Antonio Britto na coligação que tínhamos com o PPS no Rio Grande do Sul e o PDT. O Rigotto foi para o segundo turno e aí nós demos aquele apoio de segundo turno, mas na verdade não fazíamos parte da sua coligação. Terminada a eleição, ele me ligou e disse: *“Quero-te meu Secretário. Não sei ainda no que nem se tu vens pelo PTB ou não”*. No fim, ele decidiu me entregar a Secretaria de Trabalho e Assistência Social, com a condição ao PTB de que entregava... O PTB queria a Secretaria porque era uma Secretaria muito afim com a nossa forma de fazer política, e ele disse: *“Está bem, eu dou essa Secretaria ao PTB, mas a condição é que o Secretário seja o Edir”*. Também fui gestor de muitos recursos. Então, minha vida... Eu quero dizer que, como Parlamento, eu só exerci 2 anos da minha vida aqui: 2001 e 2002 como Deputado Federal, porque o restante da minha vida... Vereador eu fiquei 3 meses; fui chamado a ser Secretário e fiquei 10 anos; depois fui Secretário de Governadores, depois fui Prefeito, depois fui... Enfim, a minha vida foi sempre gestor, ordenador de despesas. E todas as minhas contas até hoje foram aprovadas pelos Tribunais de Contas. O que mais eu poderia acrescentar é que eu lamento ter vivido esse processo, esse momento e ter, eu diria que, quase posso dizer, encerrado minha carreira política, porque afinal de contas há o julgamento maior, aquele julgamento da população, aquele julgamento da pessoa que fica na dúvida: será que ele realmente é bom ou não é bom? Ele cometeu ou não cometeu? E ficam os adversários dizendo: *“Ah, não adianta votar nele, porque ele vai ser cassado, vai*



botar o voto fora". Então, você encerra uma vida política. Mas eu queria encerrar buscando pelo menos essa absolvição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Edir Oliveira.

Eu concedo a palavra agora ao nobre Relator, o Deputado Fernando Coruja.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, Deputado Edir, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, nós vivemos momentos difíceis no Parlamento, e uma das situações mais complexas é justamente essa de uns Parlamentares, na prática, estarem julgando outros Parlamentares. Há, inclusive, proposta de emenda constitucional nesta Casa, da qual sou subscritor, para mudar isso, porque não é essa a prática dos Parlamentos do mundo. Nos Parlamentos do mundo, quando tem algum problema, vai para o Poder Judiciário, que rapidamente julga, e a decisão é tomada por lá. Então, essa uma situação difícil.

O meu partido mesmo, o PPS, já teve 2 ou 3 representantes aqui e todos acabaram saindo. O partido tem 15 Deputados, e ninguém mais quis vir ser representante do partido aqui no Conselho de Ética. Aí, atendendo apelo do Deputado Ricardo Izar, eu, como Líder do partido, inclusive para não deixar vago aqui o cargo, acabei vindo pra cá nesta difícil tarefa que é exatamente você avaliar o posicionamento de colegas de mandato. Mas é uma atribuição que nos é dada, enfim, pela Constituição brasileira, pela legislação vigente, e nós temos de cumpri-la.

O Deputado Edir fez uma longa explanação e usa uma série de argumentos para justificar ou para se defender da acusação feita pelo Vedoin. Algumas das perguntas que vou fazer aqui, eventualmente, S.Exa. já respondeu. Mas eu vou, para poder formar um juízo de valor, repetir algumas delas.

Deputado Edir, em termos de mandatos populares, quais foram os mandatos que V.Exa. exerceu?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Fui eleito Vereador, em 1972, pelo PMDB; depois, fui eleito Prefeito Municipal, pelo PTB; depois, fui 1º Suplente, assumi os 2 últimos anos... Prefeito fui eleito em 1992. Em 2001, 2002, assumi como Deputado. Depois, fui reeleito Deputado, em 2002, e não exerci até abril deste ano



por estar assumindo a Secretaria de Trabalho e Assistência Social no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então V.Exa. chegou na Câmara em 2001, ficou aqui nos anos 2001, 2002; reelegeu-se Deputado Federal em 2002; em 2003, foi exercer o cargo de Secretário de Estado...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Desde o dia 1º de janeiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - ...não permanecendo no mandato, voltando para cá a partir de março deste ano...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Dia 31 de março, desincompatibilização.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - ...para reassumir o seu mandato?

Nesse período de 2003 até março de 2006, V.Exa. foi Secretário de Estado do Trabalho do Rio Grande do Sul. É isso?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - É isso. Trabalho, Cidadania e Assistência Social.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quando V.Exa. foi ser Secretário, quem assumiu seu mandato aqui no Congresso Nacional?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Deputado Milton Cardias.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Milton Cardias, Pastor. No depoimento que o Luiz Antônio Vedoin deu aqui, ele foi incisivo ao dizer que havia pago 30 mil reais a V.Exa. através do Rafael Zancanaro, e que havia conhecido o senhor em 2001. Eu fiz as perguntas para ele — fiz 3 perguntas para ele — e ele foi incisivo nessa questão. V.Exa. conheceu o Sr. Luiz Antônio Vedoin?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não. Não conheci nem o Luiz Antônio Vedoin nem o Darci Vedoin. Não conheci nenhum dos Vedoin.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O senhor nunca conversou com eles?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Nunca. E tem um detalhe, ele diz aqui — tenho aqui, se me permite, Deputado —, perguntado por V.Exa., ele responde: “*Em 2001*”. Aí ele fraqueja a memória: “*Em 2001*”. Aí ele fraqueja novamente: “*2000 ou 2001*”. Então ele não foi categórico. Quer dizer, ele já estava aqui em dúvida se



me conheceu em 2000 ou 2001. Uma coisa estranha, porque, veja bem, quem, em julho, na Polícia Federal, afirma com tanta clareza quando me conheceu e como me conheceu, passados 3 meses, ele vem aqui no Conselho de Ética e já não tem mais a mesma lembrança. Quer dizer, alguém pode esquecer em 3 meses um fato de 4 ou 5 anos atrás? Porque, se alguém fez alguma coisa em junho e fala a respeito disso em julho, ele está com a memória fresca, em julho, do assunto. E quando chegar em outubro, novembro, ele pode até ter esquecido. Mas se alguém, em julho, consegue lembrar-se de um assunto de 5 anos atrás, é inadmissível que ele esqueça 3 meses depois esse mesmo assunto, que conseguiu, durante 5 anos, guardar vivo na memória. Então, em 3 meses foi suficiente para ele esquecer. Por isso que eu digo que é uma historinha construída. E veja, ele nem reconhece nem se lembra mais quem é que me apresentou. Foi apresentado por algum Parlamentar do PTB. Quer dizer, já nem se lembra mais. Não tem mais nenhuma idéia de quem é que apresentou ele. Esse é o depoimento dele aqui na Comissão de Ética. Ou não lembra mais...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então o senhor não conheceu o Vedoin?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não confirma. Ele não confirma. No meu entendimento, ele não confirma nada, porque veja bem o que diz ele: "*Conhece Rafael Zancanaro de Oliveira?*" Aí ele, que antes dizia, também, que o Rafael era meu sobrinho e meu assessor parlamentar, aqui ele já tem dúvida de novo, 3 meses depois. Ele pergunta de volta a V.Exa.: "*O chefe de gabinete dele? O assessor dele?*" Quer dizer, ele já não sabe se o Rafael é meu chefe de gabinete ou meu assessor. E quando o senhor pergunta a ele ainda se conhecia algum vínculo de parentesco entre mim e o Rafael, ele disse que não conhece. Ele afirmava, 3 meses antes, que era meu sobrinho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então V.Exa. não conhece o Vedoin? Nunca conversou com ele?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Nunca conversei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Nunca falou com ele, nunca telefonou?



O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Nem ao vivo, nem pessoalmente, nem por telefone, nem por fax, nem por *e-mail*, nem por videoconferência.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - V.Exa. conheceu alguma outra pessoa da PLANAM?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Conversou com alguma outra pessoa?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Nenhuma outra pessoa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Em relação às emendas parlamentares, V.Exa., em 2001, fez então essas emendas que V.Exa. citou e me apresentou?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Dois mil e um...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Para 2002.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - ...para 2002, que envolvem os Municípios de Cidreira, Capão da Canoa, Charqueadas, Guaíba. Essas emendas todas foram pagas? V.Exa. se lembra ou não?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Só não foram pagas Taquari, porque o Prefeito... a Prefeitura estava com problemas de cadastro, e Monte Negro, porque a Prefeitura de Monte Negro não apresentou o projeto para a assinatura do convênio.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - V.Exa. se referiu aqui às emendas de Guaíba, Taquara, depois Cidreira e Charqueadas. Falou que Nova Esperança do Sul não foi citada, não tinha. Em algumas dessas outras Prefeituras que V.Exa. não citou, o senhor tem conhecimento se a PLANAM ou alguma empresa dos Vedoin participou?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Santo Antônio da Patrulha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Da licitação? Santo Antônio da Patrulha?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Eles ficaram em segundo lugar em Santo Antônio da Patrulha e também num edital de concorrência pública. Eles ficaram em segundo lugar em Santo Antônio da Patrulha e, depois, como a empresa vencedora não teve suporte para fazer a entrega do veículo, a Prefeitura de Santo



Antônio da Patrulha chamou a segunda colocada, que era a PLANAM ou a Klass, não me lembro agora qual das empresas, e ela aceitou — porque a lei permite, a legislação de licitações —, ela aceitou as condições e o preço da vencedora em primeiro lugar e fez a venda do veículo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - De 2001 para 2002, a bancada do Rio Grande do Sul fez alguma emenda genérica para aquisição de veículos?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não. A bancada do Rio Grande do Sul nunca fez emendas nesse sentido. Na área da saúde, a bancada do Rio Grande do Sul sempre fez emendas. Que eu me lembro, posso estar enganado, mas a bancada gaúcha sempre fez emendas em função de hospitais e Santas Casas — hospitais filantrópicos — e para Postos de Saúde das Prefeituras Municipais.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - V.Exa., alguma vez, mandou algum ofício para o Ministério da Saúde solicitando que uma eventual emenda do Rio Grande do Sul fosse partilhada para municípios da sua base eleitoral, de veículos? O senhor se lembra?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Emenda de bancada com veículos?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não. Com veículos, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Eu fiz emenda partilhando os municípios.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas não de veículos?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Isso eu não... Eu não tenho bem certeza disso, porque foi em 2002. Mas eu tenho comigo lembrança de que eu tenha feito ofício nesse sentido, distribuindo, porque nós não distribuimos objeto, nós distribuimos o recurso, a emenda. O município é que determina o que vai executar, o que apresenta como projeto básico, projeto, aliás, do plano de aplicação, para o Ministério da Saúde. Então, eu não posso afirmar. Eu teria que fazer uma pesquisa para ver se daqueles municípios algum tenha feito a aquisição de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Hein?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, a pedido meu.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Em relação ainda às emendas de 2001 para 2002. V.Exa. me entrega aqui — isso está no sistema — a execução orçamentária de 2002. Nessa execução orçamentária, em muitos desses municípios onde foram feitas emendas ainda não consta aqui como pagas, não foram pagas. Possivelmente ficaram em Restos a Pagar. Devem ter sido pagas em 2003.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, as emendas foram pagas em 2003. Todas elas que foram pagas, foram pagas em 2003.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Foram pagas em 2003?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Isso. Alguns municípios adquiriram em 2004, mas o pagamento foi feito no ano de 2003.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Em relação a esse município que V.Exa. fala, Nova Esperança do Sul, V.Exa. disse que a emenda não era sua.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não era minha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O senhor de que Parlamentar era essa emenda?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Eu não posso afirmar categoricamente aqui, mas é só fazer a verificação pelo número do processo que consta ali. Pelo que me consta, é de um Deputado, parece, do PDT. Mas eu não posso afirmar aqui, com certeza, porque eu poderia estar, daqui a pouco, canhão de mídia e canhão de mídia. Boto o nome de um Deputado aqui irresponsavelmente e eu não vou querer...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Em 2002 V.Exa. apresentou emendas para veículos? De 2002 para 2003?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Apresentei. Unidades móveis em geral.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Elas foram pagas?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Ah! Eu não sei, porque, aí, eu deixei de ser Deputado. E quando você deixa de ser Deputado já é um problema muito grande. Sendo Deputado, você já tem dificuldade de liberar emenda, imagina não estando mais no painel!

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O suplente de V.Exa. apresentou emendas em valores altos para veículos e para o Fundo Nacional de Saúde: 1



milhão e outra de 1 milhão 150. É prática nesta Casa que, quando o suplente assume, às vezes, o Parlamentar titular acaba influenciando a direção de emendas. V.Exa. teve alguma influência no direcionamento das emendas do seu suplente Milton Cardias, em 2003?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Eu apresentava a ele alguns municípios meus e pedia que ele contemplasse. Isso é praxe e é normal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sei.

Então, V.Exa., em 2003, também... Porque ele apresentou, do total dele, de 2,5 milhões, de emendas, 2 milhões e 200...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Como é?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Dois milhões e 250 dele foram para veículos, dos 2,5 milhões.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Dos 2 milhões e meio, 2 milhões 250?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pelo menos é o que consta aqui, para o Fundo Nacional de Saúde.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Meu Deus! Não, não sei.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - V.Exa. pode ter participado na indicação dessas emendas aqui.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, na indicação das emendas, não. Eu apresentei a ele solicitação do seguinte: *“Eu preciso que tu me dê uma mão. Se tu conseguires aí...”* É aquela, vamos dizer assim, aquele apelo que se faz no sentido de que *“eu preciso que tu me incluas, consiga colocar aí municípios tais e tais e tais...”* Agora, não são coisas de grandes valores. Uma ambulância é coisa de 60 mil, 70 mil. Uma UTI vale o quê? Oitenta, 90 mil? Mas o que importa é que não tenho nenhum conhecimento de alguma Prefeitura, de algum resultado base meu que tenha comprado deles. Essa é uma questão muito importante para mim, porque eu fiz esse levantamento. Eu posso assegurar que nenhum dos meus Prefeitos, nenhum dos meus municípios fez essa aquisição. Isso é muito importante.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Em relação ao Município de Charqueadas, que V.Exa. levantou.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - V.Exa. levanta que foram 18 empresas que...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Que buscaram o edital.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - ...buscaram o edital. Depois, ainda não tive oportunidade de verificar com detalhes, porque isso não constava aqui ainda...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - V.Exa. disse que ganhou inicialmente a concorrência, a tomada de preço?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Isso. Ganharia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Klass...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Ganharia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Que foi desclassificada por...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, o edital foi anulado. Tem o parecer da comissão ali.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É isso que eu queria que V.Exa. esclarecesse. V.Exa. disse que a Klass teria sido desclassificada pelo preço excessivo.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim, esse foi o argumento usado ali pelo relatório da comissão de licitação e homologado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas ela era o menor preço.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Seria o menor preço porque a que tinha menor preço que ela tinha sido verificada inapta da comissão de licitações. A HT ou TH, não me lembro o nome da empresa, que teria o menor preço, foi inabilitada por não ter apresentado um documento lá. E, com isso, a de menor preço, restaria ela.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Muito bem.

A acusação básica que nós temos é de que o Sr. Vedoin teria pago ao Sr. Zancanaro 30 mil reais, depositados na sua conta, em função de um acordo feito com ele e com V.Exa., representando um percentual de eventuais emendas que teriam sido propostas. O Sr. Vedoin disse que se encontrou com o Sr. Rafael



Zancanaro de Oliveira, em 2002, no seu gabinete, e que lá foi tratada essa negociação. O senhor sabe disso?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Fiquei sabendo ao tomar conhecimento do depoimento do Rafael Zancanaro de Oliveira na Polícia Federal, que está constando dos autos aqui do processo. No depoimento de Rafael Zancanaro de Oliveira ele realmente afirma... Porque eu quero esclarecer, antes de abordar esse depoimento dele. Eu não sei aqui quantos Deputados são Deputados, ou já foram Deputado único do seu Estado, do seu partido. Naquele tempo, eu era o único Deputado do PTB do Rio Grande do Sul. E quando você é o único Deputado do partido na Câmara, o seu gabinete é o gabinete do partido. Todo mundo que vem a Brasília vai ao seu gabinete, de passar fax a tomar um cafezinho, fazer telefonema ou qualquer coisa. Ponto de encontro, marcar encontro é o gabinete do Deputado. Isso é tradicional. Então, o que fez, o que declara aqui o jovem Rafael, que na época tinha vinte e poucos anos de idade, um guri, o que declara ele? Aqui, com quem veio se encontrar: *“Que em março de 2002 o declarante veio a Brasília para reuniões partidárias e contatou com o Sr. Darci Vedoin, com quem veio a se encontrar no gabinete do Deputado Federal Edir Oliveira, mas sem que o Deputado soubesse desse encontro. Que o declarante conversou com o Sr. Darci Vedoin sobre as dificuldades de uma candidatura política, e das necessidades de um candidato à Câmara dos Deputados, e das dificuldades do próprio Movimento da Juventude do partido. E o Sr. Darci Vedoin propôs-se a auxiliar o declarante, mas até aquele momento não havia informado como o faria; que, no final do encontro, ele disse que ia dar, então, 15 mil, depois, daria mais uma ajuda, e que depositou realmente, no mês de agosto, outros 15 mil; que o Sr. Darci Vedoin nada pediu em troca, naquele momento, mas voltou a entrar em contato após as eleições, sem que o declarante tivesse tido a oportunidade de atender a ligação. Ele dizia que nunca soube de nenhum contato ou relacionamento existente entre o Deputado e o Darci Vedoin, e que esses valores recebidos visavam à pré-candidatura do declarante, e visavam também auxiliar nas despesas referentes aos deslocamentos e nas despesas materiais do Movimento da Juventude; que não se deu conta de que deveria ter feito registro do recebimento dos valores destinados a auxiliar sua pré-candidatura e dos*



valores destinados às despesas do Movimento da Juventude; que, na ocasião, não imaginou os problemas que poderia haver”.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O senhor conhecia o Rafael há muito tempo? Desde quando o senhor conheceu?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, eu, na verdade, eu conhecia o Rafael...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não lembra de quando conheceu ele?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Eu conheci... Ele disse que me conheceu quando eu assumi a Secretaria Metropolitana. Ele era, parece, estagiário da Assembléia. Ele era da Juventude. Eu fui conhecê-lo mesmo, acho que foi em 1999 ou 2000, em função das reuniões e dos encontros partidários. Ele era Secretário-Executivo da Executiva Estadual do PTB e eu era Vice-Presidente do PTB. Então, a gente tinha aquela relação partidária. Quando eu assumi a Secretaria, em janeiro de 2003, ele nem foi dos primeiros a ser indicado a mim pelo partido. Ele só foi indicado a mim pelo partido em fim de fevereiro e para uma assessoria. Depois, sim, aí que eu comecei a tê-lo como assessor no gabinete, junto ao gabinete, junto à assessoria técnica do gabinete, fazia mais a parte de assessoria parlamentar de atendimento a Prefeitos e Vereadores. E aí, sim, é que passei a conhecê-lo. Tanto que...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quer dizer que V.Exa. o conheceu em 1999. De 1999 a 2002 não tinham um relacionamento...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não, apenas relacionamento partidário, como você tem com toda a “gurizada” militante do partido. Agora, ele só foi... Nós só fomos nos tornar mais conhecidos e até amigos a partir de 2003. Tanto que, parece que foi em setembro ou outubro...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas ele freqüentou o seu gabinete? Onde ele recebeu esses recursos... Foi em 2002?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Em março de 2002 ele recebeu... ele se encontrou com Vedoin no seu gabinete.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Março de 2002. Antes, portanto, segundo sua informação, antes de o senhor ter um relacionamento próximo com ele.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim, mas um relacionamento... Não, eu já tinha um relacionamento partidário com ele.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Certo.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Eu não omiti.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sei.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Eu disse que a partir de 1999 ou 2000, quando eu fiquei Vice-Presidente Estadual do PTB e ele era o Secretário-Executivo do PTB, da Executiva...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - E nesse período de 1999 a 2002 ele não trabalhou para o senhor? Não tinha relacionamento?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não, não...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Ele tinha o vínculo funcional dele na bancada...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ele era funcionário da bancada estadual do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Da Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Da Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Ele tem.. tem até um... aqui dentro, em algum lugar aqui, tem um currículo da vida dele, que ele colocou.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O senhor não, não... O Sr. Zancanaro não freqüentava sua residência nesse período?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O senhor não freqüentava a residência dele?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ele viajava para Brasília com passagem do seu gabinete?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não. Passagem do partido.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não. Ele... o senhor sabe se ele freqüentava muitas vezes o seu gabinete?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Acho que não. Eu não tenho essa lembrança assim. Não era...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Outras pessoas do seu gabinete... porque, ao que consta, ele fez as afirmações — e não há controvérsia — de que o Sr. Vedoin e ele fizeram uma negociação....

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - ...dentro do seu gabinete.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Hum.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ele não nega isso.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Isso.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Onde ele teria recebido esses 30 mil. Isso foi feito em março de 2002. Então, a pergunta é: o senhor sabia dessa negociação?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não sabia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não sabia.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não tinha o menor conhecimento.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ele... não pode responder se ele freqüentava...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Com assiduidade?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - ...com assiduidade o seu gabinete?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não é muito assíduo você vir a Brasília, mas, de qualquer forma, ele certamente, cada vez que viesse aqui, ele freqüentava. Se você me perguntar hoje quantos Prefeitos, quantos Vereadores estiveram no meu gabinete hoje pela manhã, eu não tenho condições de dizer, como eu tenho certeza de que qualquer Parlamentar não tem condições de dizer quantos Vereadores e quantos Prefeitos visitam seu gabinete porque ele não está, está no plenário, está numa comissão, está num Ministério.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O Sr. Zancanaro, ele participou da coordenação da sua campanha em 2002?



O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não participou. Ele era Secretário Executivo da Executiva Estadual e tinha suas funções na Executiva Estadual.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Como o senhor explica, Deputado Edir, que o Sr. Zancanaro, em 2002, tenha sido um dos contribuintes da sua campanha de Deputados? Ele, se não me engano, deu 3.500 como doação para sua campanha de Deputado em 2002.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Três mil e quatrocentos, uma vez de 3 mil e uma vez de 400 reais?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Isso.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Isso é muito normal e comum acontecer, pelo menos no meu partido. Nós temos o pessoal comprometido, que ocupa as CCs do partido. E não foi só ele. Se o Deputado examinar, verificará várias outras pessoas físicas que contribuíram e que todos eles eram assessores, CCs da bancada do PTB na Assembléia Legislativa. Todos eles tiveram suas contribuições, uns com 2 mil, outros com 3 mil, outros com 5 mil, porque são os que têm capacidade de contribuir e os que têm um limite, aquele dos 10% da sua renda do ano anterior. Então isso é... não foi só ele, foram todos os que tinham cargo na coordenação da bancada.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O Sr. Zancanaro...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Até porque, eu era o candidato, vamos dizer assim, entre aspas, da máquina partidária, e todos os que tinham CCs expoentes no partido contribuíram para a minha campanha.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O Sr. Zancanaro, ele... Uma coisa que não fica muito claro é: como é que vem uma pessoa do Rio Grande do Sul, um assessor, vai conversar com aquele que está sendo chamado de chefe da máfia das sanguessugas, que V.Exa. disse mesmo que dava 10% para determinados Parlamentares e não dava mais para ninguém, mais de 10%, e de repente, para um assessor do Rio Grande do Sul ele dá 30 mil. Como é que... Vamos ter que ouvir o Zancanaro. Qual é a proximidade? Como é que o Zancanaro entra em contato com o Vedoin? Como ele entra em contato com o Vedoin? Qualquer um que viesse pedir uma contribuição para o Vedoin, será que ele daria uma contribuição de campanha nesses valores? O Sr. Zancanaro, porque é evidente



que após essas denúncias todas do envolvimento do seu nome pelo Zancanaro... O senhor chegou a perguntar para ele por que, qual o motivo, como ele teve esse contato com...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim, o que ele alega é que recebeu esse telefonema e acertou esse encontro. Agora, esses detalhes...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ele recebeu um telefonema do Vedoin?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Isso. Ele recebeu um telefonema do Vedoin, do Vedoin pai, não do Vedoin filho.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Do Darci Vedoin?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Do Darci Vedoin.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Então eles já se conheciam porque, como é que o Vedoin...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, pelo que ele alega não se conheciam.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas ele recebeu o dinheiro com que finalidade?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Para ajuda à sua pré-candidatura, é o que ele afirma.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas isso é que é estranho. O Vedoin vai ligar para ele, uma pessoa que ele não conhece, e vai oferecer uma ajuda?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - É, eu sinceramente não sei dizer como eles se encontraram, até porque no momento em que aconteceu tudo isso, agora em julho, nossa primeira atitude foi exonerar o rapaz da Secretaria e desfiliá-lo do partido. Ele está fora hoje do PTB, não é mais filiado ao PTB e não ocupa mais nenhum cargo público.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quando o senhor saiu da Secretaria... o Secretário que continuou é ligado ao senhor?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - O Secretário que continua?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - O que continuou.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - É do PTB.



O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Continua?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Era o meu Diretor-Geral antes.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - É. Ele continua como Secretário...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Continua até hoje.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Era o seu Diretor-Geral.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Mas veja, é...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Quais foram as outras...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Agora, veja bem: essa é uma questão. Eu até arrisco aí, agora, um palpite. Por que que eu estou sendo acusado com tanta, diria assim, com tanta obstinação por esses... principalmente pelo filho, porque o pai só diz algumas coisinhas? É... Para mim é — e aí eu vou agora para o terreno da especulação. Eu tenho como uma vingança. Eu imagino que, sugerido a fazer esse contato com o rapaz, podia ser que buscassem até tê-lo para, por intermédio dele, quem sabe, ter um Deputado do partido. Não encontrando abertura no Deputado que o PTB tinha, buscar, por meio dele, a possibilidade — era um ano eleitoral — de buscar alguém, abrir um canal com algum Deputado do partido no futuro. Tanto que ele argumenta aqui que recebeu, depois das eleições, telefonemas dos Vedoins e não atendeu. Não houve nenhuma interferência, não houve nenhuma... Segundo ele declara aqui — está aqui na declaração dele na Polícia Federal —, ele não visitou nenhum Prefeito nem atendeu aos telefonemas dos Vedoin. Quer dizer, a minha... Aí entro na especulação: o camarada investe, o empresário investe em um jovem que tem um currículo. Se examinarem aqui, há um currículo: foi Presidente Estadual da Juventude, Vice-Presidente Nacional da Juventude do PTB, foi candidato a Vereador da cidade dele, Secretário Executivo da Executiva Estadual do PTB. Não é um guri qualquer, não é um garotão que surgisse de uma hora para outra na política. Não. É alguém que já estava fazendo uma carreira e em ascensão, em ascensão.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Mas é intrigante. Por que os Vedoins pagariam uma comissão para quem não tem mandato?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Mas eles declaram aqui que pagaram? Se V.Exa. examinar aqui a declaração do Vedoin, aqui perante a Comissão, atendendo a um questionamento feito ao Deputado Jairo Carneiro, que pergunta se



eles pagavam comissões a pessoas não-Parlamentares de fora do Congresso Nacional, e ele responde que “sim”. Algumas vezes, “sim”, diz Luiz Antônio Trevisan. Quer dizer, então, ele não fazia comissões só para Congressistas, ele fazia comissões — na declaração dele aqui — para pessoas que não fossem Congressistas. Então, é natural. Veja bem que declara, também, o pai dele, numa declaração na Polícia Federal, que fizeram poucos negócios no Rio Grande do Sul porque eles não tinham uma frente de entrada no Rio Grande do Sul, uma porta de entrada no Rio Grande do Sul. Quer dizer, eu imagino, nas minhas especulações também, que eles, preocupados em achar uma porta de entrada, devem ter-se informado como entrar no Rio Grande do Sul e viram uma possibilidade por meio desse jovem.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Muito bem, uma vez feita a denúncia, Deputado Edir, e V.Exa. tomando conhecimento de que a denúncia envolvia o pagamento, que é incontroverso, de 30 mil reais para o Rafael Zancanaro, V.Exa. procurou o Rafael Zancanaro?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Para ter explicações sobre a situação?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Sim, procurei. Quando eu saí da Polícia Federal aqui, quando a delegada me mostrou o recibo de pagamento, depósito, e apresentou também a história da emenda, aquela de Barra do Quaraí, eu fui atrás de Barra de Quaraí para conferir e fui atrás dele para ver o que que aconteceu, se ele recebeu mesmo aquele dinheiro ou não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sim.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - E ele confirmou que recebeu. E aí ele contou essa história.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - V.Exa. tomou alguma... porque, veja bem, ele recebeu dinheiro, fez uma negociação dentro do seu gabinete, porque se ele... Ele faz a negociação, ao que parece que é incontroversa, também dentro do seu gabinete. V.Exa. aí tomou alguma providência em relação ao Rafael Zancanaro, à situação dele, de imediato?



O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim, nós imediatamente o demitimos, quer dizer, fizemos com que ele pedisse demissão do cargo dele na Secretaria de Estado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ele solicitou exoneração ou ele foi demitido?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, ele foi... isso é aquela história: *“Pede demissão e vai cuidar da tua vida a partir de agora, entendeste?”* Como ele foi desfilado do PTB também, imediatamente. Ele era membro ainda da Executiva Estadual do PTB agora, nesta gestão atual, e ele foi totalmente destituído de todas as suas funções que tinha em função do partido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Muito bem. Eu estou satisfeito por enquanto.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Ortiz) - Com a palavra o Deputado Edinho Bez, para as perguntas que queira formular.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Edir Oliveira, eu sou da mesma opinião do Deputado Coruja, e venho dizendo isso há muito tempo, que não deveria ser missão do Parlamento, do Deputado; não prometemos isso em campanha. No entanto, teremos que enfrentar. Sou defensor de que esse tipo de assunto envolve mais o Judiciário do que nós, até porque aqui nós temos Parlamentares que são agricultores, outros contadores, dentistas, médicos. Não são pessoas, como eu, preparadas para analisar com detalhe. Sou Bacharel em Ciências Contábeis. De repente, seria melhor fazer uma auditoria numa empresa do que julgar um colega aqui. Mas, vamos cumprir nossa missão, até que um dia possamos mudar. Mas eu conheço o Deputado Edir de longa data, e sabemos da forma e da maneira como S.Exa. se comporta na sua vida pessoal, na sua vida pública. Eu pergunto apenas o seguinte: das denúncias citadas contra V.Exa., obviamente, existe alguma prova materializada?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não existe nenhuma prova materializada contra mim. A única questão que existe é, primeiro, o depoimento, a prova testemunhal deles, réus confessos, contra mim, me denunciando, num processo de delação premiada, em que, no meu entendimento, eles construíram



uma história para cada Parlamentar. E, nesse aspecto, eu considero, então, totalmente desqualificada as afirmações deles. Mas, contra as afirmações verbais deles, de que eles passaram esse recurso ao jovem Rafael Zancanaro de Oliveira para chegar até mim, e que a conta do Rafael quem forneceu fui eu, que quem visitou os Prefeitos fui eu, que dei uma emenda de 400 mil para eles, das quais eles fizeram negócio, de qual eles fizeram negócio, eu comprovo, pelo depoimento também, pela prova testemunhal do Rafael Zancanaro de Oliveira, que ele não recebeu esse dinheiro em meu nome e que recebeu para as suas atividades partidárias e pessoais. Eu comprovo que não fiz emenda genérica de 400 mil reais, com provas materiais. Eu comprovo, com declaração da própria Casa, que Rafael Zancanaro de Oliveira não é meu assessor nem foi meu assessor na Câmara dos Deputados. Eu comprovo que Rafael Zancanaro de Oliveira não era meu parente, não é meu parente, como ele declara na declaração dele. Eu comprovo, pelas declarações dos Prefeitos, pelo menos de um, assinando uma declaração com a sua responsabilidade que tem de chefe de um Poder Executivo, de que nunca intercedi por ele... com ele, que ele comprou por decisão do seu departamento de compras. E comprovo ainda, por documento também, com o Município de Itaquara, que ele já havia — o Município de Taquara — comprado de outra emenda, anteriormente, dos Vedoins e que portanto... e também declara o próprio Prefeito, numa entrevista, que não me imputava nenhuma responsabilidade pela aquisição. Quer dizer, então, todas as declarações que ele faz — e ele tem uma única que é aquele documento de depósito... Ora, onde... Se V.Exa. verificar na declaração deles, que aqui está, onde eles declaram... Aqui está a cópia dos depósitos bancários, e à mão, em uma letra até feminina, "*Deputado Edir Oliveira*". Poderiam escrever qualquer nome aqui. Isso aqui é prova material utilizada contra mim de que o depósito foi para mim, o que é um absurdo! Eu tenho certeza de que no Judiciário, no Poder Judiciário, tudo isso aqui será tranqüilamente desqualificado por falta de comprovação material. Mas no Judiciário eu vou esperar 6, 7, 8 anos para ser julgado, enquanto eu preciso aqui de um julgamento político, que é o que até agora me condenou. Por isso, mais uma vez, volto a insistir na importância de que se reveste o fato de eu poder estar aqui hoje depondo e explicando essa documentação, que ninguém, a não ser o Conselho de Ética, quis ver até hoje.



O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Objetivamente, não querendo ser repetitivo, mas é importante para o nosso juízo, V.Exa. reafirma serem falsas as denúncias constantes no Processo nº 38/2006, este aqui, e a Representação 81/06?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Totalmente falsas as acusações, as afirmações.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Bom, Sr. Presidente, eu quero aqui relatar que não é o momento de nos manifestarmos, porque estamos avaliando o processo. Quem está mais atento aos detalhes do processo é o Relator, Deputado Fernando Coruja, mas, ficando constatadas falsas denúncias, tenho a convicção, pelo menos eu, de que o histórico político de V.Exa. e a vida de V.Exa. farão diferença para que nós possamos aqui votar conscientemente. E tenho como princípio que ninguém fica bom ou ruim de repente.

Era o que eu queria relatar nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Ortiz) - Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, Deputado Marcelo, Deputado Relator Fernando Coruja, Deputado Edir Oliveira, Representado, Dr. Laerte de Oliveira, ilustres colegas Conselheiros, para justificar a minha fala, eu tenho como exórdio, depois da inquirição feita pelo Deputado Fernando Coruja, a observar o seguinte: que é o próprio Relator que me faz acreditar que eu estou certo na sustentação da vida do Conselho de Ética dentro da Câmara Federal. A acuidade e, sobretudo, a forma direta e clara com que V.Exa. interrogou o Representado nos faz acreditar que expurgar de dentro desta Casa o direito de um órgão como o Conselho de examinar a conduta ética e decorosa de seus habitantes é um dever que eu considero inalienável do Congresso Nacional, neste regime bicameral em que vivemos, tanto de lá como daqui. Eu quero afirmar, Sr. Presidente — e eu me dirijo ao Relator, autor da PEC...

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Não sou autor da PEC, só...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Subscritor, ainda bem. Porque ela tem apenas o apoio para andar do ilustre Relator — e S.Exa. também não é sectário, tem o sentimento flexível em relação à parte doutrinária do Parlamento em que nós vivemos. O que eu quero dizer, Sr. Presidente, e chamo a atenção do ilustre



Deputado Fernando Coruja, é que, no momento em que escrevíamos o Regimento Interno da Casa, no momento em que construíamos um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, jamais iríamos supor que, em uma sessão legislativa, ou duas, apareceriam mais de 100 suspeitos infratores daqueles dispositivos constantes de nosso Código de Ética. Imaginem um Conselho como este, constituído de 15 titulares e 15 suplentes, suportar uma avalanche de representações que inclusive fissurou, ou fraturou, o sistema parlamentar do País. E isso veio parar aqui dentro.

Evidentemente houve alguma corrente, em algum momento — infelizmente, o Deputado Fernando Coruja naquela ocasião aqui não se encontrava —, que tentou de certa forma abalar o prestígio do Conselho, com maquinações e com arranjos sebastianistas para desmoralizar um órgão que de certa forma é de importância vital para a sobrevivência do respeito ao Parlamento brasileiro. Nós sentimos isso. Nós desmanchamos alguns acordos aqui, dentro da Casa, em momentos quase decisivos para se exculpar alguns cuja responsabilidade estava afirmada na materialidade do ilícito e, sobretudo, através da apresentação do corpo de delito: o dinheiro depositado na conta, o saque feito pelas pessoas próximas ou até diretamente. Uma vergonha, na realidade. E lá no plenário, que é a instância suprema, porque aqui não se julga, lá o voto secreto determinou, de forma vergonhosa, o desastre da respeitabilidade da Câmara Federal neste final de Legislatura que está agonizando. Por isso quero sempre reafirmar: a forma que todos nós sentimos como foi conduzida agora a inquirição dá um caminho de que na realidade não se pode antecipar resultado nesta representação. E também seria um absurdo antecipar, primeiro porque aqui — vou repetir — nós não julgamos, nós recomendamos. Este Conselho, e eu até costumo forçar um pouco doutrinariamente a situação, é uma instância de pronúncia, embora não o seja objetivamente. Mas os princípios elementares para entender o sistema de pronúncia na lei adjetiva penal nos levam a admitir que, no momento de dúvida aqui, ela não é a favor do Representado, é a favor do Estado. Porque lá na instância maior — antes tem a Comissão de Constituição e Justiça, que não julga o mérito, julga a juridicidade, a constitucionalidade —, lá no plenário é que se julga o mérito. E ali eu posso admitir, de dentro da educação da minha ação profissional, que na dúvida não vou condenar ninguém, como não condenei. Mas isso é para afirmar, nobre Relator, que o



Conselho — e isso não é inusitado no Direito Parlamentar comparado —, que em todo Poder Legislativo existe constituído um Conselho para julgar os seus pares. Criaram agora um Conselho Nacional de Justiça, que está atuando.

A gente pode encontrar dentro destas variações o seguinte: que temos que compor um Conselho de Ética e Decoro Parlamentar acreditando — e eu bato na mesa — que haverá outra Legislatura com tantos peixes podres quanto os que chegaram aqui a nós neste final de mandato. Há veteranos Deputados aqui. Esta circunstância não deu condições para a gente admitir que houve fragilidade no nosso comportamento. Aliás, quero dizer que V.Exa. tire da cabeça essa idéia de convocar no dia 24 de dezembro uma sessão extraordinária para nós. Assim não vai ter mais como suportá-lo como Presidente. *(Risos.)*

Bem, eu queria fazer esta preliminar, Sr. Presidente, para fazer uma pergunta ao nobre Deputado Edir: como é que V.Exa. admitiu, se é que conhecia no momento esse suposto Rafael, assessor, que ele tenha comprado um imóvel com esse dinheiro? V.Exa. soube alguma coisa sobre isso?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Quem é que afirma que ele comprou uma propriedade com esse dinheiro que ele recebeu?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Ele próprio. No depoimento que ele coloca aqui na Polícia Federal, ele dá, vamos dizer assim, ele dá o fim, a destinação — esse era o termo de que eu precisava —, a destinação dos 30 mil reais, que ele disse que gastou com deslocamentos. Ele afirma, se não me engano, que até ajudou, parece, a locar ônibus, ou coisa parecida, para trazer delegação gaúcha de congresso da UNE em Goiás naquela época, que foi ou junho ou julho. Enfim, ele tem ali as suas colocações de que ele gastou o dinheiro. E que, aí sim, quando chegou lá em agosto, quando ele recebeu a outra parcela, ainda gastou, ressarciu despesas que ele tinha feito com a sua pré-candidatura e com as atividades político-partidárias da juventude. Aí, sim, ele teria utilizado, vamos dizer assim, tudo misturado na sua própria conta; aí ele teria feito a aquisição de um apartamento, em que ele mora até hoje. Para dar a entrada ele precisava ter um dinheiro em caixa, e ele deu a entrada da conta dele. Quer dizer, isso é o que ele declara aqui, e inclusive junta contrato de compra, que está aqui nos autos, do apartamento. Agora



uma questão que é importante ressaltar, e eu não sei se me permite já também indiretamente responder. Acho que ficou pouco esclarecido, quando o nosso Deputado Relator fez alusão de que na época o Vedoin fosse um empresário de uma máfia de ambulâncias. Nós só fomos descobrir que ele era um empresário de máfia de ambulâncias em junho deste ano, em junho ou abril ou maio, uma coisa assim. Ninguém sabia. Quer dizer, em 2002, quando ele oferece ou é solicitado e concorda em colaborar com um projeto político de alguém, é como... se buscava dinheiro de todo lado naquela época. Todo mundo buscava dinheiro de todo lado. O camarada oferecia dinheiro e o sujeito pegava para as suas campanhas. Existiam até os caixas 2 de campanha naquele tempo. Agora, o importante é que, a partir do momento em que foi verificada toda essa questão, nós pudemos constatar que não houve essa migração. Isso é que é o importante e que eu quero ressaltar. Não há, em momento algum, na minha contabilidade pessoal, em qualquer circunstância, não há, em momento algum, a migração para contas minhas desse recurso, nem minhas nem da minha mulher. Tenho aqui o meu extrato bancário e o da minha mulher, em que constam apenas os nossos subsídios de Deputado, depositados mensalmente, e os vencimentos da minha mulher, professora, apenas isso. Todas as nossas receitas de entradas bancárias. Apresentei os 5 anos de minha declaração de bens, de Imposto de Renda, tanto minha quanto da minha mulher, que faz em separado, tudo constatando a nossa natural composição de patrimônio. Então isso é o que eu quero deixar bem frisado. No momento em que ele assume essa posição de que recebeu o recurso — não nega que tenha recebido —, e que apresentou apenas à Polícia Federal, porque a CPI não quis ouvi-lo nem vê-lo, e que consegue apresentar... Está aqui porque eu requeri à Polícia Federal. Eu pedi à Polícia Federal, e a delegada, numa condição especial, encaminhou ao Relator da CPI a cópia do seu depoimento lá e a cópia dos documentos que ele apresenta na Polícia Federal, a título de sigilo. Por isso estão aqui esses documentos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Deputado Trad, permita-me fazer mais uma pergunta.

Uma coisa que precisa ser esclarecida um pouco melhor. Veja bem, o depoimento do Zancanaro, e o de V.Exa. que conversou com ele, diz que ele recebeu dinheiro para a campanha política. Entretanto, ele recebe o primeiro



pagamento dia 9 de abril; o segundo pagamento, já no dia 16 de agosto. É evidente que em 16 agosto de 2002 ele já sabia que não ia ser candidato. Estamos em campanha, recebe 15 mil. Quando V.Exa. diz que não foi nenhum dinheiro para sua conta, na verdade, aí ele deposita 3 mil e 400 ou ele contribui para a campanha. Isto é oficial, está na sua conta de campanha. Quer dizer, ele, de uma forma ou de outra, com um cheque dele, doa 3 mil e 400 para sua campanha oficialmente. Veja, o dinheiro entra na conta dele. Claro, pode ser que o dinheiro tenha saído do salário dele, os 3 mil e 400, mas o dinheiro está ali misturado. Então ele pega, e naquele mesmo ano, naquele período, ele doa oficialmente para o senhor 3 mil e 400. No momento em que ele recebe 15 mil, ele não é mais candidato, porque já é agosto. É evidente que ele não pode ser mais candidato. Mesmo assim, ele recebe a segunda parcela dos Vedoins por uma transferência bancária. Então, de uma certa forma, há uma vinculação entre o dinheiro que chega na conta do Zancanaro e o dinheiro que é depositado na sua ...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - ...de doação para a sua campanha; 3 mil e 400 é doado oficialmente, com o cheque do Zancanaro para sua campanha, no mesmo período.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Vamos por etapa. Primeiro, teríamos que conferir. E isso é fácil, só não quero levantar aqui, porque isso é sigilo bancário, que está à disposição apenas da CPI e do Conselho de Ética e não do público em geral. Mas é fácil constatar aqui, pelas suas movimentações, que há a composição das suas receitas, e verificar qual a possibilidade ou não desse recurso. Quando ele fez a doação desse dinheiro, não sei, não recordo a data. Teríamos de ver a prestação de contas também da minha campanha de 2002. Agora, também seria muita ingenuidade minha e dele — se esta pergunta busca a ilação de que haveria alguma ação minha com ele, e que ele teria recebido esse dinheiro para mim — oficializar isso. imagina, eu tenho um rapaz lá que recebeu um dinheiro para mim, em meu nome, eu ligo, ou vou pessoalmente — não sei, porque até hoje não ficou definido ainda, se foi por telefone ou por que foi, a maneira como eu teria dito ao Vedoin, qual o número da conta para depositar o dinheiro —, eu comunico então ao Vedoin o número da conta do rapaz, o Vedoin deposita o dinheiro para mim na conta



dele, aí eu já cometi aqui o primeiro ato de insanidade. Aí eu cometo o segundo ato de insanidade, de pedir que esse rapaz, comprometido que está, deposite um dinheiro na minha conta de campanha. É totalmente inadmissível na lógica esse tipo de coisa. Por isso eu digo: nem sei de onde ele tirou esse dinheiro. Só sei o seguinte: ele tinha um bom salário na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Para os senhores terem uma idéia, um Secretário de Estado, no Rio Grande do Sul, ganha 6 mil e 600 reais, um assessor superior de um Deputado na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul ganha 7, 8 mil reais. Então, ele tinha capacidade financeira de sobreviver tranqüilamente com seus 20 e poucos anos de idade, e podia tranqüilamente fazer essa doação, como fez, como os demais colegas seus de bancada. Se V.Exa. permitir, eu providenciarei para, da relação dos contribuintes, indicar ali — se for necessário o documento da própria Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, buscarei — quais os que ocupavam cargos de CCs no partido. Se fosse o caso de que alguém contribuindo com 3 mil e 400 reais para a minha campanha, exercendo um cargo de CC no partido, então, os demais por que contribuíram? A ilação é: contribuiu porque recebeu dinheiro e aí, então, contribuiu. Dos outros, por que contribuíram, se ele não foi o único? Então, essa é a questão. Volto a afirmar categoricamente: ele tem essa vinculação que ele não nega, que ele assume. Ele tem esse recurso que ele declara o destino que deu, e apresenta a documentação que comprova, e nenhum de nós do partido tinha conhecimento dessa situação. Era questão particular e pessoal dele, que só nos chegou ao conhecimento quando fui chamado na Polícia Federal, e lá constamos isso. Então, se nós tivéssemos sabido, na época, desse comportamento, não apenas não teríamos aceitado a contribuição, como tenho certeza de que, na época, o partido já o teria exonerado, em 2002. Não esperaria agora, para 2006, quando só agora o partido ficou sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Deputado Edir...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Permita-me, Deputado, ainda para concluir aqui. Segundo se pode constatar, a coincidência, sim, de datas, é do depósito recebido em agosto e do cheque emitido em pagamento da entrada do imóvel.



O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Essa dupla, pai e filho, Vedoin tinha relacionamento comercial no Estado do Rio Grande do Sul antes de V.Exa. assumir, em 2000, como suplente, a cadeira aqui, e após a sua chegada, licenciado que foi para assumir a Secretaria de Trabalho no Rio Grande do Sul? V.Exa. ouviu alguma coisa da vida dessa dupla Vedoin no Rio Grande do Sul, em contato com outros Deputados? Nós tivemos um aqui já inquirido, na semana passada. Qual o nome do Deputado, Sr. Presidente, do Rio Grande do Sul?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Érico Ribeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD – Érico Ribeiro. É só V.Exa. e o Érico, do Rio Grande do Sul, que estão desgraçadamente envolvidos nesse procedimento?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não. Tem o Deputado Paulo Gouveia também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) – Pastor...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Ah! Não. Do PTB, só eu.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Não.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - O Pastor não é do PTB. Ele foi eleito pelo PTB no primeiro mandato. Saiu do partido no dia da posse, depois já foi reeleito por outro partido. Mas o que importa é que eu não tenho conhecimento, nem sabia que existia Vedoin, ou PLANAM, ou coisa parecida. Porque, veja bem, eu assumi aqui em 2001. Quando nós fomos elaborar as emendas... você elabora as emendas e aí vem aquela chuva de pedidos. E o que os Prefeitos querem, queriam e ainda querem? Ambulância. É uma coisa incompreensível para muita gente que não lida com as questões da saúde pública, que não sabe como funciona a saúde pública. Por exemplo, no Rio Grande do Sul... Parece que 47 ou 48% dos recursos do SUS que vão para o Estado do Rio Grande do Sul ficam em Porto Alegre, para a Prefeitura de Porto Alegre. Em Porto Alegre estão praticamente os únicos hospitais com capacidade de atendimento, especializados, de alta complexidade. Lá em Porto Alegre, por ser a capital, está o Hospital de Clínicas, federal. As universidades têm os seus hospitais.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Mas V.Exa. sabe se essa dupla atua ou atuava lá no Rio Grande do Sul?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não.



O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Quem os apresentou foi o Deputado Iris?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, nunca ninguém me apresentou.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Há uma referência ao nome do Deputado Iris...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Ele diz que, em 2001, o Deputado Iris teria me apresentado.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ah, e V.Exa. sabe se o Deputado Iris também está representado aqui no Conselho?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim, está representado aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Pelo mesmo fato por que V.Exa. está sendo representado?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim, o Deputado Iris está.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Um momento. Presidente, eu vou me retirar porque estão me chamando na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Mussa Demes está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; Sr. Relator, nobre Deputado Fernando Coruja; nobre Deputado Edir Oliveira; Dr. Laerte, que o representa também neste processo; meus demais companheiros do Conselho de Ética, o depoimento que eu acabo de ouvir demonstra para mim, mais uma vez, a profunda infelicidade da chamada CPI dos Sanguessugas, quando apresentou um relatório parcial fugindo às suas responsabilidades e às suas atribuições, ao que tudo indica pressionada pela mídia, que, ao noticiar os acontecimentos, colocou também a população brasileira em estado de alerta praticamente contra 20% da Câmara dos Deputados, e em alguns momentos também contra alguns Senadores. Digo isso porque simplesmente, ao que tudo indica, não examinou um ponto sequer da defesa apresentada pelo Deputado ora



representado, num procedimento, Sr. Presidente, que nem mesmo a Inquirição adotou. É absolutamente inconcebível que uma CPI encaminhe um relatório parcial sem ter ouvido o Representado, sem ter sequer analisado as suas razões de defesa. Se o houvesse feito, se ela houvesse analisado apenas as suas razões de defesa, teria percebido de imediato uma série de inverdades ditas pelos Vedoin.

Está absolutamente comprovado, em primeiro lugar, que o Sr. Rafael Zancanaro não era, e evidentemente não poderia nunca ter sido, sobrinho do Representado.

Por outro lado, também ficou demonstrado que ele não foi seu assessor, mas sim membro do PTB, e nessa condição recebia da Assembléia Legislativa, como funcionário seu, um salário compatível com a função que ali exercia.

Ficou constatado, também documentalmente, que a presumível emenda de 400 mil reais mencionada pelos Vedoin foi pura ficção, pura fantasia. Ela simplesmente não existiu. E assim muitas outras afirmações dele, que acabaram não se compadecendo com a verdade.

Isso, evidentemente, teve, há de se reconhecer, um efeito altamente negativo no resultado da eleição de 2006. Não vou dizer aqui que o Deputado Edir Oliveira — porque isso ninguém pode mais afirmar — seria derrotado naquela eleição, mas é de se presumir que isso influenciou negativamente no comportamento dos seus eleitores no Estado do Rio Grande do Sul.

Esse trabalho agora — e eu digo mais uma vez, como disse na audiência anterior — vai ter de ser feito no Conselho de Ética, e ao Relator compete a árdua tarefa, em prazo relativamente curto, de tentar apurar devidamente o que aconteceu. E essa obrigação o Deputado Fernando Coruja tem cumprido com muita capacidade, com muita propriedade.

Só que, apesar do esforço até agora demonstrado por S.Exa., nós ainda continuamos, no máximo, no terreno das suposições. Tenta-se obter — quem sabe? — uma vinculação mais direta entre o Representado e o Sr. Fernando... ou melhor, o Sr. Rafael Zancanaro. O esforço é louvável. Até agora, entretanto, não me pareceu bastante para me convencer de qualquer responsabilidade, por mais eventual que seja, até porque, como ele bem demonstrou, seria absolutamente desarrazoado que um Parlamentar envolvido nesse processo recebesse apenas 20%, como se



estivesse recebendo uma comissão de uma pessoa que nem sequer assessor dele mais era, nunca havia sido nesse processo.

Vou aguardar, evidentemente, porque o Relator vai prosseguir no seu esforço, no seu trabalho, para me manifestar conclusivamente ao final, como tenho feito sempre.

Mas eu gostaria de fazer ainda uma observação quanto ao que disse aqui o Deputado Nelson Trad, por quem tenho o maior respeito, a maior consideração e a maior admiração — já dei provas e demonstrações nesse sentido aqui, e ele sabe também desse meu posicionamento. Não me parece razoável admitir-se que, na dúvida, nós fiquemos contra o Representado. E digo assim porque isso, antes de qualquer outra coisa, viola o art. 5º da Constituição Federal, que cuida das garantias e dos direitos individuais. Ali está escrito de uma forma absolutamente impossível de se interpretar de maneira diferente, ali está dito que a presunção de inocência acontecerá até que o processo transite em julgado. É o que está na Constituição. Aqui neste Conselho, como nesta Casa, nós sabemos que o julgamento é político, mas é também, antes de tudo, jurídico. Não posso admitir, se não houver uma prova concreta em relação ao Representado, que eu possa votar, ou aqui ou no plenário, violando a Lei Maior.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Marcelo Ortiz, último inscrito.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Fernando Coruja, colega Deputado Edir Oliveira, Dr. Laerte Oliveira, que o representa, a observação feita aqui há pouco pelo Deputado Nelson Trad é de uma proficiência ímpar exatamente para aqueles que estão neste Conselho a todo momento.

A grande preocupação das pessoas que compõem o Conselho é de não terem cumprido o seu dever, a sua obrigação. Não gosto de julgar, já o disse várias vezes, porque não é do meu feitio, não é da minha índole, mas eu tenho a obrigação de fazê-lo porque pertenço ao Conselho, e cumpro a minha obrigação.

Então, eu quero deixar bem claro ao nobre colega Deputado Edir Oliveira que as perguntas que eu faço são em razão, exatamente, dessa obrigação. O decoro



parlamentar fere a Casa Legislativa, seja a Câmara, seja o Senado. Casos dessa natureza — seja o denominado caso dos sanguessugas, seja o caso do mensalão ou o caso dos anões do Orçamento — ferem a Casa.

Todos nós estamos, querendo ou não, envolvidos no problema. Quando nós estamos fora, os comentários são feitos: “Os Deputados são sanguessugas; os Deputados recebem mensalão”. A imprensa, primordialmente, não nos perdoa. Quando nós temos qualquer comentário feito pela imprensa, a informação que é dada ao público é esta: os Deputados recebem mensalão. Não diferenciam os que efetivamente estão envolvidos em problemas dessa natureza dos que não estão.

Compete a nós, então, a cada momento, apurar esses fatos. Entendo perfeitamente a posição do Deputado Fernando Coruja como Relator nesse caso, talvez fazendo uma defesa em causa própria, porque sou Relator em 3 outros processos e vou passar pela mesma situação por que ele está passando. É muito difícil para nós encaminhar um processo dessa ordem, principalmente tendo um colega na posição de representado.

Ouvi atentamente, a partir do momento em que aqui cheguei, tudo o que foi desenvolvido. E algumas coisas me preocuparam e a mim não ficaram bem esclarecidas. Eu, afinal, para tomar a minha decisão, para firmar a minha posição com referência ao caso de V.Exa., Deputado, com certeza absoluta, vou agir com aquilo que a minha consciência determinar.

Primeira pergunta: o Sr. Rafael Zancanaro era pessoa de sua confiança?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - A partir de 2003 ele passou a conquistar a minha confiança. Se o senhor me perguntar... Não me lembro qual foi a data em que eu fiquei sabendo, mas se fosse... Faz de conta que dia 20 de junho eu tivesse ido à Polícia Federal tomar conhecimento desse fato e dia 19 de junho o senhor me perguntasse se ele era de minha confiança, eu diria: “*Total*”, porque, durante o período em que ele passou a trabalhar comigo, ele demonstrou, além da sua competência, que tem, demonstrou amizade, solidariedade, enfim, dedicação. Isso, perfeitamente. Agora, antes de 2003, aí eu não posso dizer que ele fosse de minha confiança. Não porque não o fosse, mas porque não o conhecia o suficiente, não privava dele... com ele o suficiente para dizer se era ou não de confiança.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Trabalhava com V.Exa. antes, no Rio Grande do Sul? V.Exa., como Secretário, ele trabalhava com V.Exa.?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Sim, como Secretário.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – O cargo que ele desempenhava era um cargo de concursado ou era um cargo... chamado cargo de confiança?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Não. Ele foi trabalhar comigo a partir de fim de fevereiro de 2003.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Sim.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – O episódio que aconteceu com ele foi em março de 2002.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Nesse cargo... a pergunta é esta: o cargo era um cargo de concurso público ou era um cargo de confiança?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Não, nomeação de CC — Cargo Comissionado...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Cargo Comissionado?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Assim como ele, mais de 200 CCs na minha Secretaria. E, no universo da minha Secretaria, envolvendo as fundações vinculadas, nós tínhamos mais de 500 CCs.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Sim.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Todos eles indicação dos partidos que compõem o Governo... compunham... aliás, compõem ainda, não terminou o Governo Rigotto ainda. Então, é claro que desses mais de 500 CCs o PTB tinha, então, de 60% desses CCs. E todos eles foram nomeados por indicações partidárias. Assim como ele, também, nenhum Secretário de Estado, pelo menos no nosso partido, tem o privilégio de escolher, assim, a sua equipe e dizer: *“Nomeie aqui o meu pessoal”*.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – O Rafael Zancanaro é pessoa lá do Rio Grande do Sul?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Sim, é gaúcho. Nascido e criado no Rio Grande.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Então, eu poderia fazer uma ilação. Não é comum eu fazer ilação. Eu faço perguntas porque eu tenho que perguntar, não é?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Está certo.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Mas eu poderia fazer uma ilação porque V.Exa. disse, ao responder a pergunta do Deputado Nelson Trad, que os Vedoins não andaram pelo Rio Grande do Sul. Então, não eram conhecidos.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Não! Eu não sei se eles andavam pelo Rio Grande do Sul. Eu não os conhecia.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Foi a resposta que V.Exa. deu: que V.Exa. não os conhecia.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Isso. Exatamente. Nem sabia que eles vendiam ambulância ou não vendiam ambulância.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Até porque o Deputado sabe que não é nossa atribuição de Parlamentar saber quem vende, como vende e por quanto vende. Nossa atribuição é colocar emenda em nome do município.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Não tenho a menor dúvida. V.Exa. tem toda a razão, a responsabilidade da compra...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Isso...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – ... da execução, da emenda, através de licitação ou não, dependendo do valor da emenda, e se há obrigatoriedade ou não pelo valor, é de quem vai responder no momento da prestação de contas, e não somos nós.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Essa não foi a minha pergunta. A minha pergunta é, primeiro, se o Rafael é do Rio Grande do Sul...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Sim, é do Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – E reiterando V.Exa. que, no conhecimento de V.Exa., os Vedoins não andavam por lá.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Não! Eu não conhecia os Vedoins.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Sim!



O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – E, agora, o próprio Vedoin pai, Deputado, declara no depoimento dele que eles vendiam muita... vendiam poucas... venderam... fizeram poucos negócios — melhor — no Rio Grande do Sul...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Sim...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – ... porque eles não tinham grande penetração no Rio Grande do Sul.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Tudo bem. Eu ouvi V.Exa. informar que o Rafael Zancanaro teria sido procurado pelos Vedoins.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – É o que ele afirma.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – É o que ele afirma. E ele não explica nada. Ele só disse que foi procurado pelos Vedoins e não deu nenhum... nenhum motivo por isso. Ele é uma pessoa que é lá do Rio Grande do Sul, onde V.Exa. disse que os Vedoins não andavam lá — não é ele quem está dizendo, é V.Exa. —, que não andavam por lá. Ele vem ao seu gabinete...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Não, quem diz é o próprio Vedoin. Eu estou reproduzindo aqui o depoimento do Vedoin.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Também, também, também, o Vedoin disse que não andava por lá, o Vedoin não foi pelo Rio Grande do Sul, e de repente o Vedoin procura pelo Rafael Zancanaro.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – E o Rafael Zancanaro marca um encontro com o Vedoin, ou marca alguma coisa no seu gabinete, é isso?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Exato. É isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – O Rafael Zancanaro tinha essa liberdade permitida por V.Exa. de marcar encontro com pessoas outras dentro do seu gabinete?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Qualquer cidadão, principalmente do PTB, tem o direito de marcar encontro no meu gabinete e conversar com quem quiser. Agora, não quer dizer que vá ocupar a minha sala.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Não, não, eu não falei sala, poderia ocupar o seu gabinete.



O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Agora, qualquer cidadão pode marcar um encontro em qualquer lugar, isso é liberado. Agora, quero afirmar que fazia parte da tradição do PTB o ponto de referência ser o meu gabinete porque eu era o único Parlamentar do PTB em Brasília. Hoje o PTB tem 3 Deputados Federais e tem 1 Senador, mas até então eu era o único Deputado Federal. O único endereço conhecido pelo PTB do Rio Grande do Sul era o meu gabinete.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – O que disse, se é que disse, o Rafael Zancanaro a V.Exa. quando afirmou — e ele confirma — haver recebido a importância de 15 mais 15, não é isso?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Trinta mil reais. Para que era? O que ele alegou? Que havia recebido por quê?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Bom, a juventude é um segmento do partido da mais vocacionada militância porque é onde o jovem começa a sua atividade político-partidária. E é através do movimento da juventude que os partidos, em geral, conseguem consolidar-se, formando os seus quadros. A juventude do PTB do Rio Grande do Sul era uma juventude padrão, modelo. Foi o primeiro Estado a criar um movimento de juventude, e a partir da criação do Movimento da Juventude do Rio Grande do Sul, foi criado, pelos nossos jovens, o Movimento da Juventude Nacional. Tanto que os 3 únicos presidentes, enquanto existiu a Juventude Nacional do PTB, que hoje está meio acéfala, mas enquanto existiu e foram eleitos presidentes da Juventude Nacional do PTB, os 3 eleitos foram sucessivamente gaúchos. E ele era vice-presidente dessa juventude. E no que atuam os jovens? Nos diretórios acadêmicos, nos grêmios estudantis, enfim, nos movimentos de militância, política estudantil e assim por diante.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Deputado, me perdoe, eu gostaria que V.Exa...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Eu estou explicando.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Não, o fato a gente conhece. Eu gostaria que V.Exa. me informasse o que ele disse a V.Exa....

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Ah, sim.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – ... ou o que ele falou, a que título ele teria recebido esse dinheiro. Por que ele recebeu 15 e 15?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Porque ele solicitou. Ele estava... Voltando à conclusão da minha introdução, Deputado — que me perdoe; não estava fugindo da pergunta.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Não, não. Eu não disse que estava fugindo, eu quero saber o que ele disse para V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Os jovens sobrevivem do recurso que as executivas lhes dão, as executivas dos partidos. Eles não têm fonte própria de arrecadação. Automaticamente, cada vez que eles precisam fazer um movimento, eles têm que estar pedindo dinheiro aqui e ali. Tinham naquele tempo, agora não sei como funciona. Então eles estavam à cata de patrocinadores para despesas dos seus movimentos. Eles tinham que viajar, eles tinham que percorrer Estados, buscando fazer candidaturas de Deputado Estadual e Federal pela juventude — e fizeram várias —, mas principalmente estaduais porque federal era muito para as pretensões deles. E esse jovem tinha a pretensão de ser candidato a Deputado Federal, porque o seu colega presidente, do qual ele era vice, estava com uma candidatura posta de Deputado Estadual no Rio Grande do Sul, como realmente se concretizou: concorreu a Deputado Estadual, fez 14 mil votos. Não se elegeu, mas fez o papel da juventude.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Sim.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Então, ele achava que poderiam fazer a dobradinha.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Ele foi candidato? Ele foi candidato?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Ele disse ao senhor, então, que ele... Desculpe.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Hã, hã.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Ele disse a V.Exa., então, que ele pediu dinheiro para ele ser candidato.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Isso, para fazer a pré-candidatura. Inclusive depôs isso.



O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Sim, depôs isso, prestou esse depoimento.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Isso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – A minha pergunta a V.Exa.: V.Exa. acreditou nele? Sim ou não? Acreditou ou não acreditou? No que ele disse?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Olha, eu, conhecendo a maneira de como é feito... como foi feita a história política da juventude lá do Rio Grande do Sul, eu sinceramente acredito.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Acreditou. Muito bem. Eu faço uma pergunta ao Deputado. V.Exa. entende que alguém receber uma importância de uma empresa para uma candidatura política, não sendo essa empresa arrolada entre aquelas que são proibidas de fazer doações para Deputado, seja ilegal?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Não.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Não.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Acho perfeitamente natural que uma empresa doe recurso para uma campanha eleitoral.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ – Perfeitamente legal. Então eu pergunto a V.Exa.: por que — V.Exa. afirmou isto 2, 3 vezes — o partido, o PTB, forçou a exoneração — forçou, no caso, é o que eu chamo de uma demissão velada do Rafael Zancanaro; e V.Exa. disse algumas vezes até: “*Eu o demiti*”... Por que teria feito isso se ele receber a importância de 30 mil reais para uma campanha política não é crime, é perfeitamente legal, desde que naquelas condições que eu disse, que a empresa não esteja entre aquelas arroladas, entre as que estão proibidas de fazer tais doações?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA – Pelo fato de que esse seu ato isolado, de sua única responsabilidade, acabou por gerar o envolvimento do Deputado Federal do PTB do Rio Grande do Sul que era nada mais nada menos do que o Presidente Estadual do partido, que sou eu. Eu era Presidente Estadual do partido. Eu fui o Deputado mais votado do partido e estava com uma campanha de reeleição tranqüilamente assegurada. E mais, estava sendo pleiteado para ser candidato a Vice-Governador do Estado. Então, veja o desastre que esse jovem causou por uma atitude inconseqüente em 2002, e que dada a repercussão que foi dada, a forma



como foi juntada à minha vida, porque a partir do momento que ele passou a trabalhar comigo, ninguém mais quis saber. Agora, hoje e de uns dias para cá, desde que o Conselho de Ética começou a estudar o meu caso, é que começou alguém a olhar fatos, documentos, porque até então eu fui considerado sempre por todos, pela CPMI, por esta Casa... Porque esta Casa, através da CPMI, fez o meu julgamento em primeira instância, que não me julgou, e como disse muito bem o Deputado Mussa Demes, foi pior do que uma inquisição, porque cada um que lá foi relacionado já foi relacionado culpado, não havia nenhum interesse em inocentar ninguém. Agora, não houve o trabalho exatamente feito, e eu acabei responsabilizado indevidamente, no meu entendimento, por um ato desses. Agora, me cabe provar, mas me cabe, por outro lado, cuidar que ele não tenha mais interferência próxima à minha vida.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Deputado, para V.Exa., o liame entre os Vedoins e V.Exa., afinal, no resumo, é a história do Rafael Zancanaro?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - É, eles têm uma história assim, que ... O Deputado não conseguiu ouvir minha explanação inicial. Os Vedoins afirmam que me conheceram em 2001...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não. Eu conheço a história.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - ... e que fez um acordo comigo de me darem 10% de uma emenda de 400 mil reais.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Não. Eu entendo da história. Então, eu estou resumindo tudo isso dizendo que, então...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Sim, e o Rafael é usado nisso.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - ... o liame entre os 2 Vedoins...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - E eu.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - ... e V.Exa. é a história do Rafael Zancanaro.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - É esse depósito que... Exatamente, exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Deputado, eu vou fazer uma outra coisa que eu não costumo fazer. Mas, será que, dentro desse posicionamento, a vítima em tudo isso já predeterminada, além dos problemas que V.Exa. está



atravessando, que eu entendo perfeitamente, quando o nosso Deputado Mussa Demes disse que efetivamente as pessoas só podem ser consideradas culpadas com trânsito em julgado de sentença, que é o que diz a nossa Constituição, será que nós não estaríamos cometendo uma injustiça com esse Rafael Zancanaro, que perdeu seu emprego, perdeu tudo, porque ele recebeu uma importância para ser candidato a Deputado?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Como fazendo injustiça?

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Nós não estaríamos fazendo uma injustiça a ele, porque ele foi dispensado, ele foi expulso do PTB, porque teria recebido uma importância perfeitamente legal?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - É, eu considero que ele está sendo, nesse caso, ele foi condenado por nós...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sem defesa também, não é?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Também, porque ele está considerado... Veja: se vocês, se os Srs. Deputados examinarem aqui, neste relatório do Senado, aqui da Comissão Mista, aliás, que vem com o timbre do Senado, o senhor vai verificar aqui que não há nada contra mim. Nada! Nenhuma documentação, só o depoimento do Vedoin pai e do Vedoin filho. E aquelas cópias daqueles depósitos escritos a mão com o meu nome para dizer que era para mim. Muito bem.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu já consultei e vi, V.Exa. É manuscrito.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - E mais ainda: e mantém a CPMI, numa grade que tem aqui de mostra a meu respeito, onde mostra ali as emendas que eu fiz e quem vendeu etc., quando foi pago, quando foi liberado, quando foi conveniado, e ali ainda mantém a CPMI, no relatório que manda para cá, as datas dos recebimentos e entre parênteses, embaixo do nome do rapaz, ainda mantém a CPMI: "Assessor, sobrinho do Deputado". Quer dizer, é mantido, porque esta é realmente a única chave que possa existir do destino desse dinheiro. Porque provado que eu não fiz emenda para os Vedoins, provado que eu não — e está tudo provado aqui —, que eu não intercedi com nenhum Prefeito para favorecer os Vedoins. E se... Veja bem: porque quem está montando isso aqui, não o relatório,



mas quem está montando esse sistema todo, esse processo todo, é uma pessoa bem instruída, não são os Vedoins, porque os Vedoins não entendem de Constituição, não entendem de Regimento Interno, nem sabem o que é quebra de decoro parlamentar. Acho que agora até podem saber, mas não sabiam quando fizeram isso. Então, veja bem: o que é a quebra do decoro parlamentar? É o único artigo, o único item, o único inciso: utilizar-se do seu mandato para, através de uma ação do seu mandato, favorecer a si próprio ou a outro. No que eu me favoreci? No que eu favoreci outro? Eu não favoreci os Vedoins porque eu não dei nenhuma emenda para os Vedoins. Então, eu não quebrei o decoro parlamentar aí. Qual a única maneira de tentar fazer com que eu seja incriminado por quebra de decoro parlamentar? É fazer, então, que eu tenha usado deste mandato para meu benefício próprio. Mas no que eu me beneficiei propriamente, se eu não tive nenhum recurso, nenhum patrimônio, nada foi dado a mim? Ah, mas foi dado a seu sobrinho e a seu assessor, que repassou para ele. Mas não está provado em lugar nenhum que ele tenha repassado esses recursos para mim.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Deputado, desculpe-me, já ouvi V.Exa. dizer isso, com muita atenção.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Desculpe-me, Deputado. Também me perdoe. Estou aqui defendendo a minha vida.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu entendo bem a sua posição, por isso eu o ouço. Toda vez eu falo. O pessoal já sabe. Eu tenho 47 anos advogando. E eu sinto, a pessoa que está sendo acusada tem a necessidade de dizer isso e vai repetir várias vezes e tal, mas eu não estou pondo dúvida quanto a essas afirmações. Eu tenho algumas dúvidas em relação às perguntas que eu formulei a V.Exa. Até, às vezes, na maneira de procedimento, como é que eu procederia numa situação desta, que é a análise para tirar a minha conclusão final e qual seria o procedimento legal, que também é a nossa função aqui, principalmente nós que somos já voltados para o Direito. Vou fazer a última pergunta a V.Exa. que também não ficou muito...

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Me perdoa. Eu posso complementar a primeira, e então, a segunda. Veja bem: se o Rafael Zancanaro tivesse recebido um recurso, e fez o que fez com o recurso, seria problema dele. A partir do momento em



que alguém escreveu do lado do nome dele o meu nome, então deixou de ser uma questão particular unicamente dele. Veja: essa é a questão. Senão, ninguém pode ser culpado de receber dinheiro de qualquer pessoa por qualquer razão ou até por nenhuma razão. Se um cidadão comum chegar e dizer assim... e receber um dinheiro de quem quer que seja que seja dono daquele dinheiro, que possa dispor dele e dar para quem quiser, não há crime nenhum, desde que não tenha nenhuma consequência a doação desse dinheiro, nenhuma contrapartida que seja ilícita.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Tudo bem, Deputado. Olha, a minha pergunta é a seguinte, Deputado: V.Exa. quis dar uma resposta ou quis dar um posicionamento espontâneo a uma pergunta que eu iria fazer. E eu não fiquei muito a expressão é satisfeito com a colocação que V.Exa. fez. Então, eu vou fazer a pergunta. V.Exa. disse que esse fato todo se deve a uma vingança — usou a expressão, eu anotei — dos Vedoins contra V.Exa. Por que essa vingança? Gostaria que V.Exa. me dissesse por que eles... Eles não conheciam V.Exa. V.Exa. só ficou sabendo da existência de Vedoin, agora, neste ano. Nunca teve relacionamento nenhum com eles. Não é isso? V.Exa. explicou perfeitamente: *“Não tenho relacionamento nenhum com eles. Só os conheci agora”*. O que eles teriam de vingança? Que motivação, que motivo eles teriam para se vingar de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Pois é. Eu coloquei aqui. Quero relembrar que eu coloquei no terreno das suposições. Eu disse: *“Vamos supor”*. Porque eu tenho de imaginar porque que eles estão fazendo...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Eu quero que V.Exa. exatamente imagine por que eles estão se vingando de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Eu fico imaginando Deputado... Porque eu fico imaginando, Deputado, por que eles estão, com tanta veemência, insistindo tanto em me responsabilizar nisso? No início, eu não era dos investigados. Eu não estava nos investigados. Eu estava fora. Daqui a pouco, quando apareceu um depósito lá, com o meu nome escrito do lado, eu fui chamado a depor sobre isso. Aí, no momento em que eu fui chamado a depor sobre isso, eu passei a existir. Aí, lá na Polícia Federal, os caras perguntaram: *“E Edir Oliveira aqui?”* *“Ah, Edir Oliveira!”* Aí ele tem uma história a meu respeito. Entenderam? Por quê? Ah, por quê? E aí vem continuar repetindo isso. Por quê? Isso que eu fico preocupado. Porque, veja bem,



ele tenta... E aí eu fico vendo o seguinte: ele foi desclassificado em 2 Prefeitos do PTB. Ele deu um dinheiro para um rapaz pré-candidato a Deputado — eu estou imaginando, eu estou fazendo...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Que V.Exa. não sabia que ele havia sido desclassificado?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, eu fui saber agora.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Sim. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Fui saber agora.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Então, não tinha conhecimento nenhum? Nem ele havia falado com V.Exa? Não existia nada?

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, não, estou imaginando...

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - E aí V.Exa. está imaginando que foi desclassificado. Então ele passou a ter alguma coisa contra V.Exa., com toda essa sanha, essa vontade de prejudicá-lo.

O SR. DEPUTADO EDIR OLIVEIRA - Não, eu imagino... Veja bem. O que diz o rapaz aqui no seu depoimento: que recebeu várias ligações dos Vedoins e não atendeu. Eu fico imaginando, nas minhas suposições, nas minhas ilações — que eu tenho que fazer também, eu tenho que buscar as razões das coisas. Quer dizer, de repente ele investe no rapaz, como eu disse aqui antes, tentando abrir com ele uma porta de entrada, que ele não estava conseguindo, e depois o rapaz não atende aos telefonemas dele. Ele entra em licitações no Rio Grande do Sul, em Prefeituras do PTB e perde, é desclassificado, é anulado. E ele, certamente — eu não sei, porque aí teríamos que perguntar novamente para o rapaz —, deve ter, nessas ligações, ligado para pedir para o rapaz dar uma força para ele, e o rapaz não deu. Quer dizer, eu fico imaginando... Eu estou querendo ver o porquê. Porque é incrível. Eu nunca recebi, eu tenho 34 anos de vida pública, eu nunca recebi uma pressão tão grande de acusação assim, sem garantia de certeza, sem documentos de prova, sem nada. Isso que é uma questão incrível. Só na palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO ORTIZ - Deputado, eu estou satisfeito com a resposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, antes de encerrar a reunião, gostaria de lembrar-lhes que amanhã, às 14h, teremos a discussão e votação do parecer — relatório e voto — da Deputada Ann Pontes, Relatora do processo instaurado contra a Deputada Celcita Pinheiro.

Nobre Deputado João Correia, eu já cobreí 2 vezes do seu Relator que encerre e entregue o parecer a este Conselho.

Está encerrada a reunião.